



CIBEC/INEP



B0009481

ira
o de Alfabetização MOBIL



programa de recuperação de excedentes 1974/1979

**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO
DE EXCEDENTES - MEC**

**MEMORIAL DE PEDIDO DE
FINANCIAMENTO**

FEVEREIRO DE 1975

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE EXCEDENTES - MEC

Resumo: O Ministério da Educação e Cultura considera que uma nação é o resultado do esforço de seu povo e este esforço depende de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades formados e transmitidos principalmente pelo sistema educacional.

A universalização da escola fundamental, para a população de 7 a 14 anos, apesar de preceito constitucional, ainda está longe de ser alcançada no Brasil. O não cumprimento da obrigatoriedade escolar conduz ao desperdício de milhões de cérebros, espíritos e vontades, extremamente necessários ao País, mas que, marginalizados do processo educacional, pouca contribuição podem dar à sociedade, além de disporem de oportunidades reduzidíssimas de ascensão na escala econômica e social. Por isso, o preceito constitucional é sábio e seu cumprimento deve ser perseguido tenazmente.

Sob o ponto de vista social, político, econômico e cultural, a existência no Brasil, atualmente, de mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, fora da escola, traduz um quadro altamente comprometedor do futuro da Nação brasileira, contra o qual é preciso lutar decididamente.

A escassez de recursos para a ampliação física da rede escolar não é nem o único nem o mais importante obstáculo à eliminação do déficit escolar. Este é muito mais uma decorrência do congestionamento existente na 1ª. série do ensino fundamental, acarretado pela entrada tardia na escola e pela combinação de elevadas taxas de deserção e reprovação. Essa situação é agravada pelas altas taxas de crescimento demográfico, combinadas com a precária utilização da capacidade física do sistema e dos quadros docentes disponíveis.

Caso a tendência histórica se mantenha, sem uma intervenção capaz de corrigi-la, chegar-se-á ao fim da década com uma taxa de escolarização de 83% e mais 4 milhões de crianças fora da escola.

Impõe-se, portanto, a adoção de novos procedimentos, que se somem aos usuais, para corrigir rapidamente essa anomalia.

O Ministério da Educação e Cultura, utilizando o MOBRL, em ação coordenada com o Departamento de Ensino Fundamental e com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, propõe-se à correção que se faz necessária no tocante à escolarização ao nível das primeiras séries do ensino fundamental.

Tendo a inovação como filosofia, o MOBRL implementou experimentalmente, em Porto Alegre, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, um projeto visando atender às crianças de 9 anos e mais de idade, reincidentemente repetentes na 1ª. série e, portanto, analfabetas. A experiência, coroada de êxito, estendeu-se a outras Unidades da Federação, sempre com altos níveis de rendimento, evidenciados em avaliações rigorosas e feitas independentemente da instituição promotora.

Embora não se espere reproduzir os mesmos padrões de rendimento, quando da ampliação do programa a nível nacional, cuidados podem e serão tomados no sentido de preservar ao máximo o sucesso da fase experimental.

As credenciais do MOBRL como instrumento auxiliar para a consecução das metas visadas são altamente positivas e já transcendem o plano nacional, sendo

reconhecido pela UNESCO, que faz da instituição um centro de treinamento para administradores educacionais de inúmeros países, e de seus métodos de alfabetização uma alternativa para a metodologia que criou e disseminou pelo mundo.

O MOBREAL já alfabetizou, em menos de 5 anos, a 7 milhões de brasileiros; já propiciou cursos primários acelerados a 3 milhões de pessoas; mantém atividades relevantes nos campos do desenvolvimento comunitário, da profissionalização e da cultura. Para apoiar esse trabalho gigantesco dispõe de recursos humanos portentosos, envolvendo 150 mil alfabetizadores, 35 mil líderes locais que cooperam voluntariamente com a instituição, além de seus quadros técnicos e administrativos nas Coordenações das Unidades da Federação e no MOBREAL Central. A infraestrutura montada pelo MOBREAL, representada pelos seus Subsistemas de Supervisão, Informações, Logístico e de Controle são inéditos no País, tanto pela penetração territorial quanto pela sua vitalidade. Toda a capacidade de mobilização do MOBREAL será posta à disposição deste novo Programa do Ministério da Educação e Cultura que conta, assim, poder cumprir seus objetivos no ensino fundamental, a baixo custo e em prazo hábil.

Os cursos desenvolver-se-ão em 9 meses dos quais 5 destinados à alfabetização e 4 à fase de integração, que preparará os alunos para ingressar ou reingressar no sistema de ensino formal. Dar-se-á prioridade aos analfabetos de 13 e 14 anos, de modo a estancar o fluxo de novos analfabetos que anualmente completam 15 anos de idade, tornando-se clientes do MOBREAL.

O curso procurará atender aos interesses e necessidades dos alunos, provenientes de meios carentes, organizando-se classes matutinas, vespertinas e noturnas; a carga horária mínima será de 2h30 minutos/dia, buscando-se o ideal de 4 horas diárias; as classes serão agrupadas a partir de um pré-teste, tendo como segundo critério a idade dos alunos; as classes serão organizadas em todos os espaços disponíveis, tendo como condição única a existência de equipamento escolar; buscar-se-á recrutar professores de bom nível de qualificação e todos submeter-se-ão a um treinamento básico, inicial, indispensável ao bom rendimento do projeto; a metodologia e o material didático (distribuído gratuitamente) será o usualmente adotado pelo MOBREAL, devidamente enriquecido para adaptar-se à nova clientela; haverá supervisão constante; um rigoroso esquema de acompanhamento, controle e avaliação será utilizado, permitindo o aperfeiçoamento constante do projeto.

Executado o PRE espera-se que, em 1979, a taxa de escolarização atinja 91%, ao invés dos 78% previsíveis a partir da tendência histórica. Para isso atenderá a 1,5 milhões de alunos anualmente, dos quais alfabetizará 1 milhão por ano.

O projeto carece de financiamento, a fundo perdido, do FAS, para sua execução, orçada em Cr\$ 513 milhões para o quinquênio, dos quais Cr\$ 93 milhões durante o ano de 1975. Com os custos vigentes no ensino formal, a obtenção de iguais resultados consumiriam Cr\$ 1.800 milhões anualmente! O custo unitário do aluno atendido será Cr\$ 62,00/ano, no caso do PRE.

Cumprir enfatizar, igualmente, que o MOBREAL, na realidade apenas estará antecipando o atendimento a esses estudantes, pois os mesmos tornar-se-iam seus clientes potenciais ao completarem 15 anos de idade. Assim, além de auxiliar o ensino formal a cumprir suas metas, o MOBREAL estará acelerando o atingimento do próprio objetivo para o qual foi criado, pela interrupção da fonte de analfabetismo.

1ª. PARTE

O PROBLEMA: UMA PARCELA CONSIDERÁVEL DA
POPULAÇÃO BRASILEIRA NA FAIXA ETÁRIA
7-14 ANOS FORA DA ESCOLA

CAPÍTULO I

A NECESSIDADE DO CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NO BRASIL

1.1. O ENSINO PRIMARIO GRATUITO E OBRIGATÓRIO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

O inciso II do parágrafo 39 do artigo 176, da Constituição de 17 de outubro de 1969, reza que "o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais". Embora uma política ideal de democratização de oportunidades devesse começar ainda antes do nascimento, pela ação sobre a gestante - de cujo estado de saúde e de nutrição dependem primordialmente algumas características importantíssimas da criança - e no Brasil não exista, até o momento, nenhum programa maciço que proteja a gestante e a criança na idade pré-escolar, fazendo-a chegar ao sistema de ensino com a integralidade de suas potencialidades físicas e mentais (o cérebro, por exemplo, tem quase 90% de seu desenvolvimento **na faixa entre 6** semanas antes do nascimento e 4 anos de idade), deve ser louvado aquele preceito constitucional que representa um estágio avançado dentro da evolução paulatina com que os problemas educacionais tem sido contemplados nos textos constitucionais.

A "Constituição política do Império do Brasil", de 25 de março de 1824, em seu artigo 79, item 329 já recomendava que "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". A "Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil", de 16 de julho de 1934, mencionava no artigo 150, parágrafo único, letra (a), o "ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo **aos** adultos". O mesmo ocorreu na Constituição de 10 de novembro de 1937: "O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, **por** ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem ou, notoriamente, não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar" (Artigo 130). A Constituição de 18 de setembro de 1946, previa no Artigo 168:

"A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I. O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II. O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário só-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos".

A preocupação dos textos constitucionais visando a universalização dos primeiros anos de escolaridade é crescente. E essa orientação é sábia, pois o acesso à escola, mesmo somente a partir dos sete anos de idade, contribui para amenizar as diferenças individuais causadas pela heterogeneidade do meio ambiente a que estão sujeitos os menores das diversas classes sociais.

1.2. ASPECTOS RELEVANTES DO PROBLEMA

Ocorre que, por vários motivos, essa norma da Carta Magna jamais foi cumprida em muitos setores e regiões do país. Essa grave distorção deve ser eliminada **a** curto prazo, já que o sistema de ensino de 1º grau e, atualmente, o único canal de passagem obrigatória para toda a população. E, em decorrência, é nele que a sociedade tem a sua grande - e talvez única - oportunidade de influir decisivamente na formação do cidadão e, ainda, indiretamente, agir sobre sua família. É o momento em que, por meio da escola, se produzirá, aos poucos, a

consciência dos valores éticos e cívicos, de hábitos sanitários e higiênicos etc, que devem caracterizar a vida comunitária. A carência do atendimento educacional, além de, desde cedo, desperdiçar o potencial de inteligência da criança, produz impacto negativo em matéria de saúde, nutrição, habitação e demografia. E não só sobre ela, mas também sobre sua família.

As conseqüências negativas, analisadas sob outros prismas importantíssimos são igualmente evidentes.

No terreno social gera-se o imobilismo: a submissão ao meio onde apenas se sobrevive, a falta de perspectiva de ascensão social, a migração inócua em direção aos centros urbanos. Isto se reflete no marginalismo de uma imensa parte de nossa população que não participa plenamente da vida produtiva do País, encontrando-se desempregada ou subempregada.

O que acontece no terreno social imediatamente se reflete no terreno econômico: a carência de recursos humanos para ampliar e dinamizar os setores de produção, a falta de especialização profissional, aliada à falta de perspectivas para uma abertura aos conhecimentos humanísticos, implicam em nível ainda bem insatisfatório de suprimento de mão-de-obra qualificada, no sentido do desempenho de atividades vinculadas a nossas metas prioritárias.

No âmbito político, as conseqüências revelam-se também de forma imediata: a menor participação de uma grande parcela da população nas decisões que dizem respeito a todos. Se compreendemos democracia, na plenitude de seu aperfeiçoamento, como o binômio liberdade-responsabilidade, torna-se, então, inobjetivo o grande papel da educação. Pois só ela poderá, de um lado, despertar as vocações para a criatividade ou a emersão das aptidões profissionais, e, de outro, a consciência daquilo que se entende por espírito público.

Enfim, o aspecto cultural. Nada mais interligado com a educação, de maneira permanente. A concepção de cultura é lata e extensiva a todas as atividades do homem. E, historicamente, ela se manifesta desde o fabrico e descoberta do primeiro instrumento. Cultura é algo inerente a todos nós, a nossas idéias e atividades, sejam aplicadas, sejam especulativas - em suma, todo o complexo de formas de conhecimento que envolvem o ser humano em situação. E cultura, assim sendo, logo se desenvolve no núcleo familiar, **logo** exige o instrumental proporcionado pela educação para a melhor lucidez do relacionamento do homem com o seu meio e para a melhor compreensão das modificações e dos modos de atuação sobre esse meio.

Em resumo, o não cumprimento da obrigatoriedade escolar implica em desperdício e injustiça. Os milhões de crianças e adolescentes brasileiros, não atendidos educacionalmente são, também milhões de cérebros, espíritos e vontades que se perdem para a colaboração plena na construção da Pátria Brasileira. São milhões de seres humanos provavelmente fadados a viver no gueto da frustração e da desesperança, em um mundo novo, que já se vislumbra, e no qual só haverá oportunidades para aqueles dotados de um bom nível educacional.

E se o País desejar resgatá-los futuramente, do analfabetismo e da ignorância, fa-lo-á a custos mais elevados e com menor rendimento para a sociedade e para os próprios beneficiários.

CAPITULO II

A EVOLUÇÃO DO DÉFICIT PE ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL

2.1. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO

O Censo de 1940 indicava que apenas 17% da população dentro da faixa etária de 7 a 14 anos se encontrava escolarizada. Esta taxa, nos levantamentos censitários seguintes, apresentou uma elevação contínua, chegando a 68% em 1970.

Quadro 2.1.I

Escolarização nos Anos de Censo

Anos	População de 7 a 14 anos						Taxa de		
	Escolarizável			Escolarizada (1)			Escolarização (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	8.688.480	nd	nd	1.492.618	1.039.212	453.406	17,18	nd	nd
1950	10.400.777	nd	nd	3.709.587	nd	nd	35,66	nd	nd
1960	12.455.245	nd	nd	6.186.755	nd	nd	49,67	nd	nd
1970	19.326.100	10.057.300	9.268.800	13.214.188	9.098.340	4.115.828	68,37	90,45	44,41

Fontes: População Escolarizável - Censos de 1940, 1950, 1960 e 1970

População Escolarizada - SEEC/MEC

(1) Considerou-se a matrícula no Início do ano. É de notar que ainda hoje a evasão durante o ano letivo, no ensino fundamental, excede 10% da matrícula inicial.

(nd) Dados não disponíveis.

A partir de 1971, as taxas puderam ser estimadas pelo CEBED/FIBGE, a partir dos dados das tubulações do Censo de 1970. Estimando-se a população escolarizada, a partir de 1972, ter-se-ia a seguinte situação para o período 1971/75.

Quadro 2.1.II

Estimativas das Taxas de Escolarização 1971/1975

Anos	População de 7 a 14 anos						Taxa de		
	Escolarizável			Escolarizada - Matrícula inicial			Escolarização(%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1971	19.879.000	10.345.084	9.533.516	14.064.081	9.418.571	4.645.510	70,75	91,04	48,73
1972	20.442.400	10.638.225	9.804.175	14.725.097	9.738.802	4.986.295	72,03	91,54	50,36
1973	21.021.800	10.939.745	10.082.055	15.417.177	10.069.922	5.347.255	73,34	92,05	53,04
1974	21.617.700	11.249.539	10.368.161	16.141.784	10.412.299	5.729.485	74,67	92,56	55,26
1975	22.230.200	11.568.596	10.661.604	16.900.448	10.766.518	6.134.130	76,03	93,07	57,53

**BRASIL
EVOLUÇÃO
DA
TAXA
DE
ESCOLARIZAÇÃO**

**POPULAÇÃO DE 7/14 ANOS
1940/70**

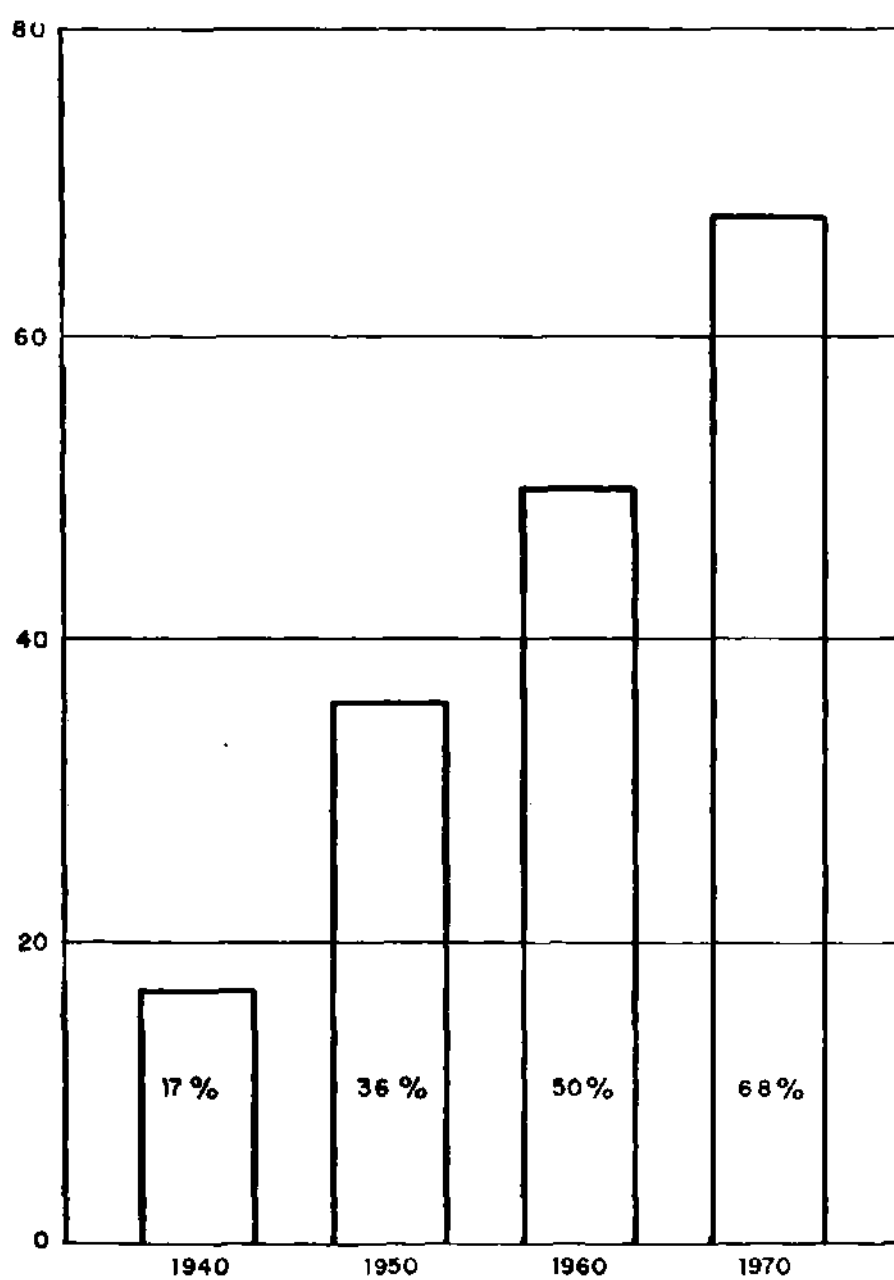


FIGURA 1

EVOLUÇÃO

BRASIL
DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO
POPULAÇÃO DE 7/14 ANOS
1970/75

(ESTIMATIVA)



FIGURA 2

2.2. PERSPECTIVAS ATE O FINAL DA DÉCADA

Viu-se que, em 1974, as estimativas de atendimento escolar indicavam uma taxa de escolarização de 92,6% para a zona urbana, enquanto que para a zona rural esta taxa situava-se em torno de 55%, aí residindo a maior parte do "déficit" de escolarização, com cerca de 4.639.000 crianças de 7 a 14 anos fora da escola. O déficit total seria então, aproximadamente, de 5.476.000 vagas.

Muitos são os obstáculos ao cumprimento do preceito constitucional de escolarização total. Essas dificuldades agravam-se, principalmente em países de dimensões continentais e em desenvolvimento, como o Brasil, a partir da taxa de escolarização de 70%. Entre elas, as mais relevantes são:

a) a baixa produtividade do sistema formal de ensino, provocada por Índices ainda elevados de evasão e reprovação, que criam um congestionamento acentuado nas primeiras séries e minimizam o número de matrículas novas nestas séries. A evasão e reprovação tendem a agravar-se na medida em que populações mais carentes passem a ser atendidas.

Verifica-se que, por exemplo, para cada 1.000 crianças que ingressam na 1ª. série primária, menos de 300 se matriculam no início da 3a. série, dois anos depois[*]. E, portanto, nas duas primeiras séries que os Índices de evasão e reprovação atingem seus valores máximos.

A própria incidência de repetentes matriculados no início do ano, no antigo ensino primário, indica um percentual elevado e mais ou menos constante - do número de repetentes da 1ª. série em relação ao total de repetentes - de 1967 a 1972 (numa média de 62,7%), com melhoria apenas no último ano, provavelmente como reflexo da Reforma Educacional.

Quadro 2.2.1

Antigo Ensino Primário - Repetentes no período 1967-1972

	Total de Repetentes do Ensino Primário	Repetentes na 1ª. Série	% de Repetentes na 1ª. Série sobre total de Repetentes
1967	2.370.009	1.505.430	63,5
1968	2.565.798	1.629.798	63,5
1969	2.310.063	1.461.116	63,3
1970	2.465.124	1.697.988	65,2
1971	2.196.292	1.388.675	63,2
1972	2.497.990	1.441.843	57,7

Fontes: 1967/69 - SEEC/SG/MEC; - 1970/72 - IBGE

(*) Para a turma que iniciou a 1a. série em 1966, o índice era de 253 por 1.000.

As distorções idade/série escolar decorrem, em larga escala, da diminuição drástica do fluxo da 1a. para a 2a. série, com uma evasão durante o período de férias de cerca de 30%.

Quadro 2.2.II

Matrícula e Aprovação no Fim do Ano na 1a. série - 1961/1971

Matrícula			% de Matrícula na 1ª Série	Aprovações	% de Aprovação na 1a. Série
Ano	Total	1a. Série		1a. Série	
1961	6.711.258	3.511.260	52	1.877.272	53
1962	7.357.711	3.750.867	51	2.103.496	56
1963	8.131.422	4.057.741	50	2.318.906	57
1964	8.909.362	4.445.123	50	2.567.808	58
1965	9.061.530	4.435.542	49	2.578.235	58
1966	9.659.591	4.619.062	48	2.625.204	57
1967	10.292.825	4.897.221	48	2.850.395	58
1968	10.520.427	4.916.795	47	3.024.484	62
1969	10.954.667	4.998.208	46	3.196.907	64
1970	12.084.708	5.376.855	44	3.621.634	67
1971	12.826.171	5.657.999	44	4.057.531	72

Fonte: SEEC/SG/MEC

As taxas de aprovação, na 1a. série, como se pode observar, têm apresentado um acréscimo razoável nos últimos anos, daí decorrendo uma gradativa diminuição do percentual de matrícula da 1a. série, em relação à matrícula total do antigo ensino primário: de 52% em 1961 para 44% em 1971. Tal melhoria, decorrente da Reforma Educacional, ainda não é suficiente para sanar todas as dificuldades daí decorrentes. O congestionamento causado pelas reprovações na 1ª. série permanece expressivo e influi mais, na formação do déficit de escolarização, do que a capacidade limitada do País para criar novas vagas através da expansão física do sistema educacional.

Todos esses fatores contribuem efetivamente para uma alimentação continua do contingente de analfabetos de 15 anos e mais, dificultando e retardando a erradicação do analfabetismo, um dos objetivos maiores de Política Educacional no Brasil.

b) O baixo desempenho do magistério que, embora nos últimos anos apresente uma percentagem crescente no numero de normalistas, provavelmente terá que lançar mão de novos quadros não qualificados à medida que se deseje atender a regiões rurais, mais remotas e subdesenvolvidas.

Em 1970, dos 411.755 regentes de classe, apenas 225.334 (54,7%) eram normalistas com 29 ciclo completo, sendo 38.870 (8,2%) normalistas com apenas 19 ciclo, e 7.213 (1,8%) pessoas com o Médio (29 ciclo) completo, apresentando, assim, mais de 35% dos professores, níveis de escolaridade tecnicamente incompatíveis com o trabalho pedagógico. Esse problema poderia ser superado pelo treinamento maciço dos quadros docentes, mas os programas nesse campo praticamente inexistem.

Agrava a situação, também o fato de nem todos os mestres contarem com material didático - para si e seus alunos - de boa qualidade e preços acessíveis.

c) a má utilização da capacidade física do sistema, com um aproveitamento pouco

agressivo das possibilidades que poderiam ser criadas pela utilização mais intensiva e mais racional do espaço disponível, além do grande número de escolas de apenas uma sala, que não se prestam a uma boa produtividade pedagógica, em termos tradicionais.

d) a elevada taxa de crescimento populacional que se verifica no Brasil e cria uma demanda de vagas nas escolas muito difícil de ser suportada pelo poder público, apesar do esforço que este tem empreendido no sentido de uma expansão fortemente acelerada do número de vagas disponíveis.

Com todos esses óbices, a oferta de vagas tem crescido lentamente em relação à demanda. A projeção dos dados verificados nos anos anteriores, ou seja, a manutenção das tendências numéricas do passado, prevê a seguinte evolução para o período 1975/1980:

Quadro 2.2. I I I

Anos	População de 7 a 14 anos						Taxa de		
	Escolarizável (1)			Escolarizada (2)			Escolarização (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1975	22.230.200	11.568.596	10.661.604	16.900.448	10.765.318	6.134.130	76,03	93,07	57,53
1976	22.852.600	11.892.493	10.960.107	17.694.769	11.132.373	6.562.396	77,43	93,61	59,35
1977	23.492.500	12.225.497	11.267.003	18.526.423	11.510.873	7.015.550	78,86	94,16	62,27
1978	24.150.200	12.567.764	11.582.436	19.397.165	11.902.243	7.494.922	80,32	94,70	64,51
1979	24.826.400	12.919.659	11.906.741	20.308.832	12.306.919	8.001.913	81,80	95,26	67,20
1980	25.521.500	13.281.389	12.240.111	21.263.346	12.725.354	8.537.992	83,32	95,31	69,75

Fonte: População Escolarizável - CBED/FIBGE - Censo 1940, 1950 e 1960 - FIBGE
População Escolarizada - SEEC/MEC

(1) Consideraram-se as estimativas feitas pelo CBED/FIBGE com os dados das tubulações do Censo de 1970.

(2) Considerou-se a matrícula do início do ano e fez-se estimativas a base das tendências históricas.

Levando em conta apenas a população de 9 a 14 anos, fora de escola, buscou-se uma visão prospectiva de seu atendimento, considerando-se o Censo de 1970-

Tomando-se por base os índices de crescimento médio anual, relativos à população escolarizável (3,25%) e à população atendida (4,50%), naquela faixa etária chega-se a resultados que podem ser observados nos quadros 2.2.IV a 2.2.VI

Quadro 2.2.IV

População Escolarizável, segundo idade

Taxa: 1,0325 (3,25% do ano)

Idade	1975	1976	1977	1978	1979
9	2.858.083	2.950.971	3.046.877	3.145.900	3.248.142
10	3.108.414	3.209.437	3.313.744	3.421.441	3.532.637
11	2.710.235	2.798.318	2.889.263	2.983.164	3.080.117
12	2.876.649	2.969.977	3.066.502	3.166.163	3.269.063
13	2.625.851	2.711	2.799.304	2.890.282	2.984.216
14	2.594.529	.190	2.765.914	2.855.806	2.948.619
		2.678.851			
Total	16.773.761	17.318.744	17.881.604	18.462.756	19.062.794

Quadro 2.2.V

População Escolarizada, segundo idade

Taxa: 1,0450 (4,50% ao ano)

Idade	1975	1976	1977	1978	1979
9	2.227.796	2.328.047	2.432.809	2.542.285	2.656.588
10	2.434.856	2.544.425	2.658.924	2.778.575	2.903.611
11	2.110.362	2.309.828	2.413.771	2.522.390	2.635.898
12	2.173.437	2.271.242	2.373.448	2.480.253	2.591.864
13	1.858.480	1.942.112	2.029.507	2.120.834	2.216.272
14	1.590.976	1.662.570	1.737.386	1.815.568	1.897.268
Total	12.495.907	13.058.224	13.645.845	14.259.905	14.901.601

Quadro 2.2.VI

População Fora da Escola, segundo idade

Idade	1975	1976	1977	1978	1979
9	630.287	622.924	614.068	603.615	591.454
10	673.558	655.012	654.820	642.866	629.026
11	499.873	488.490	475.492	460.774	444.219
12	703.212	698.735	693.054	685.910	677.194
13	767.371	769.078	769.797	769.448	767.944
14	1.003.553	1.016.281	1.028.528	1.040.238	1.051.351
Total	4.277.854	4.260.520	4.235.759	4.202.851	4.161.193

Fonte: IBGE - Censo de 1970 (dado base) - Estimativas - M0BRAL

As projeções feitas para a faixa de 9 a 14 anos indicam que, mantidas as tendências, em 1975, o atendimento deverá atingir um índice de 74,5%, com cerca de 4.280.000 alunos fora da escola. Em 1980, ainda segundo as mesmas projeções, 4.160.000 alunos estarão carecendo do atendimento escolar que a lei lhes garante, o que corresponde a um índice de atendimento de 78,2%.

Diante da situação educacional, parcialmente analisada neste documento, e do objetivo da universalização da escola de 19 grau para toda a população na faixa de 7 a 14 anos, até o final da década, há que promover-se uma vigorosa mobilização de esforços, tornando imperiosa uma ação integrada e um trabalho conjunto nas esferas federal, estadual, municipal e da iniciativa privada, de forma a propiciar a máxima racionalidade e rentabilidade na aplicação dos escassos recursos disponíveis.

Atingimos um estágio evolutivo que aconselha a tomada de decisões táticas emergenciais visando modificar o quadro existente. É chegado o momento de utilizarmos novas soluções, para o velho problema do déficit de escolarização da população brasileira.

2a. PARTE

A SOLUÇÃO:

**O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE
EXCEDENTES**

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

1.1. MOBRAL: A INOVAÇÃO COMO FILOSOFIA

Hoje nao mais se discute a importância da educação na vida das nações e suas populações. As discussões assumiram outra tonalidade e maior profundidade, pois é aliás difícil admitir que em algum tempo deixasse de ser óbvio o valor da educação para o aprimoramento do homem e, conseqüentemente, do sistema social, do qual ele é o elemento mais importante, a razão de ser, seu agente e sujeito, seu começo, seu meio e seu fim.

O que se discute agora é algo não tão evidente. Muito pelo contrário. O que se pergunta é que tipo de educação serve aos destinos do homem. E mais. Como, quando e onde ministrar essa educação de modo eficiente e eficaz?

É claro que, para isso, é preciso responder à eterna pergunta acerca dos objetivos do homem, das sociedades, da Humanidade. A inexistência da resposta -ou a possibilidade de várias respostas - nao é motivo suficiente para inibir as iniciativas visando à aproximação a uma situação mais adequada à comumente observada hoje em todo o mundo.

E isso, aliás, que fazem os dirigentes de muitos países do mundo, que, maciça e erroneamente, aderiram à ideologia do desenvolvimento, panacéia do após-guerra. O Brasil não chegara a esse equívoco tão evidente, que confunde processo (desenvolvimento) com objetivos (bem-estar do homem), mas incorrerá provavelmente em outro, aderindo a um certo neo-hedonismo, que coloca, como objetivo do sistema social, a melhoria da qualidade de vida do homem. Na nebulosidade dessa expressão, que comporta interpretações diversas, no espaço e no tempo, há, porém, o álibi de uma indefinição suficiente para contentar a todos.

Além disso, o equívoco de considerar o desenvolvimento como um fim em si próprio é de caráter técnico. A visualização da melhoria da qualidade de vida como objetivo do sistema social pode significar um equívoco filosófico, mas tecnicamente é perfeita e também um passo adiante na discussão de tão controvertido tema.

E por isso que, repetidamente, no decorrer de sua existência, o MOBRAL se tem perguntado se a sua organização estava atingindo os objetivos parados quais fora criada. Apesar de alguns contratempos, inerentes ao próprio método de ensaio e erro que o órgão muitas vezes adota, a resposta tem sido, reiterada e confortadoramente positiva.

Aprofundando a indagação, pergunta-se, também, quais as razões desse sucesso, que hoje já é reconhecido mundialmente e que se exprime pelo fato de o MOBRAL dar assistência técnica direta a vários outros países.

A resposta está em duas palavras: motivação e inovação.

A motivação de toda a sociedade brasileira para o combate ao analfabetismo e à ignorância é fato passível de constatação óbvia. Sua explicação, ou melhor, como se chegou a isso, todavia nao tem ainda uma resposta científica. Há, entretanto, toda uma sucessão de medidas e fatos, nacionais e internacionais,

que podem caracterizar a evolução brasileira nesse sentido. As elites nacionais foram inicialmente conquistadas para a causa da educação pelos reflexos da conscientização mundial em torno da verdade indiscutível de que a educação desempenha papel de mais alta importância no progresso das nações. Internamente, foi o Governo Revolucionário que conduziu o processo de conscientização, a partir de estudos de diagnósticos, planos de ação e sua intensa divulgação através de publicações diversas e dos meios de comunicação de massa.

O MOBRAL colhe abundantemente os frutos desse estado de espírito nacional. Constituem minoria as pessoas que, no Brasil de nossos dias, ainda não contribuíram, de alguma forma, para o MOBRAL. E claro que as contribuições admitem uma gama imensa de variações, mas elas ocorrem aos milhares, diariamente, em todo o Brasil. E como seria possível combater o analfabetismo neste país gigantesco se não se contasse com o engajamento de toda a população?

Alguns estranham o fato do MOBRAL dar muita ênfase aos números, as suas fabulosas estatísticas. Sucede que, dada sua escala, as grandezas quantitativas do MOBRAL exprimem QUALIDADE. Levar quase 5 milhões de alunos aos cursos de alfabetização em 1974 significa que o apelo do MOBRAL foi ouvido e repetido em todo o território nacional. Significa que teve a capacidade de obter, no mínimo, 120.000 salas de aula inteiramente gratuitas, que recrutou outros tantos alfabetizadores e treinou quase todos. Significa que levou a todo o país 130 milhões de exemplares de suas cartilhas, jornais e revistas.

E, se desses 5 milhões, alfabetizou cerca de 2 milhões, isso significa, sobretudo, que os critérios pedagógicos do MOBRAL são severos.

Crê-se, pois, que é chegada a hora de mudar-se a imagem distorcida que muitos ainda têm do MOBRAL, vendo nele apenas uma entidade dotada de recursos financeiros fabulosos e que, só por isso, obtém grande sucesso em suas iniciativas. Por que a verdade é bem outra.

O MOBRAL, a par de sua penetração territorial espetacular, de sua capacidade de mobilizar alunos e alfabetizadores, possui inúmeras características inteiramente originais que explicam e justificam o sucesso. E entre essas peculiaridades causativas, diga-se enfaticamente, não está, com certeza, a abundância de recursos financeiros.

O sucesso, sentido por todos mas que alguns tentam prosaicamente diminuir com a surrada desculpa de inflação de recursos, o chamado "milagre", deriva basicamente da postura adotada pelo MOBRAL diante da tarefa que lhe foi atribuída: a filosofia de ação do MOBRAL traduz-se na busca incessante da inovação.

E pode-se dizer mais.

O MOBRAL não é somente uma organização (mais uma) que, por sua dinâmica de atuação, emprega um desejável mecenatismo híbrido - educação, **cultura**, tecnologia - permitindo e favorecendo o aparecimento, a testagem e a adoção de idéias inovadoras.

O MOBRAL é a inovação.

Nisso, repita-se, reside seu êxito, seu reconhecimento internacional.

t na inovação que o MOBRAL se realimenta, retirando a motivação necessária para a revitalização contínua de sua ação e consecução de seus objetivos.

E têm sido mais de 4 anos de pioneirismo.

Inovou o MOBRAL quando deslocou do ensino para a aprendizagem, do professor para o aluno, o fulcro metodológico de seus programas pedagógicos de Alfabetização Funcional e Educação Integrada.

Inovou ao apoiar metodologias e mensagens desses programas na motivação realísticas das necessidades humanas básicas. E, igualmente, ao aproveitar a enculturação e maturação de sua clientela para, utilizando técnicas de trabalho em grupo, propiciar a participação ativa do aluno na determinação de conteúdos dos programas e, assim, tornar possível, sem perda de qualidade, a compactação do período letivo. O MOBRAL atende, pois, de um lado, aos imperativos da equivalência em relação ao ensino regular (como agência de Suplência) e, por outro, pelas características de sua metodologia, abre as perspectivas da Educação Permanente.

Contando com engajamento da iniciativa editorial privada (e não poderia ser de outra maneira, em face da escala de suas necessidades], inovou o MOBRAL na elaboração e distribuição de seu material didático. São Conjuntos Didáticos básicos (1 livro para o professor e 3 para o aluno) diversificados segundo as editoras, mas homogeneizados pela metodologia. Ao lado desse material essencial, chegam também ao aluno livros complementares de leitura continuada, revistas, jornais, fascículos e, atualmente em experimentação, "kits" de ciências. E esse material didático que, constantemente testado e avaliado por setores especializados da organização, têm garantido boa parte do sucesso qualitativo dos programas pedagógicos do MOBRAL.

Outra parcela desse êxito pode ser atribuída a mais uma inovação: um sistema flexível de treinamento e supervisão pedagógica que, aliando processos convencionais a tecnologias avançadas, sempre considerando os seus custos, tem feito chegar aos alfabetizadores de todos os municípios brasileiros as orientações metodológicas adequadas à consecução dos objetivos dos programas do MOBRAL.

E o MOBRAL não tem descansado na busca de soluções novas para problemas antigos. Seu empenho em passar da constatação sensível para o diagnóstico realista e deste para a terapêutica eficaz, motivou a criação de setores de pesquisa e documentação, onde informações e modelos de ação são estudados e adaptados à realidade brasileira.

Assim, à medida que aumenta o número de áreas-problema a enfrentar e ampliam-se os objetivos (sempre, como convém, ambiciosos, mas nunca utópicos) do MOBRAL, sua ação, essencialmente inovadora, só se tem tornado possível e produtiva, diga-se por verdade, mediante cooperação e convênios com outras instituições, das quais, por doutrina administrativa, o MOBRAL não prescinde.

O Programa de Recuperação de Excedentes é um dos resultados concretos do espírito inovador que impregna o MOBRAL. Nasceu da iniciativa de uma de suas Comissões Municipais (Porto Alegre), célula básica da instituição.

Segue, desse modo, o MOBRAL sua trilha pioneira e mantém ativa, em todo o território nacional, sua penetrante rede executiva.

Segue apoiando sua ação educacional numa (também inovadora) estratégia de mobilização nacional que sensibiliza e dinamiza as comunidades.

E segue amparado por uma concepção administrativa (recente objeto de estudos num estágio internacional de técnicos da UNESCO) que não teme idéias inovadoras ou renovadoras e descentraliza a execução, centralizando o controle.

Torna-se simples a equação do "milagre", resultado óbvio da compreensão, apoio e esforço brasileiro a idéias e ações sempre revigoradas pelo que é novo e bom.

E nessa linha o MOBREAL começa a tornar-se modelo brasileiro de uma agência de Educação Permanente.

1.2. A PREOCUPAÇÃO COM A FAIXA ETÁRIA 7/14 ANOS

Os objetivos prioritários do MOBREAL são, portanto, a erradicação do analfabetismo ainda nesta década e a educação permanente de adolescentes e adultos. Ao mesmo tempo, está atento à realidade sócio-econômica do Brasil a fim de, através do sistema dinâmico adotado em função da filosofia que defende, prover áreas carentes de suplementação pedagógica, profissional e cultural.

A clientela a ser atendida pelos cursos de Alfabetização Funcional do MOBREAL corresponde à população analfabeta de quinze anos e mais de idade, com prioridade para a faixa etária 15-35 anos. Em virtude, entretanto, das diversas condições que dificultam a absorção de adolescentes com menos de 15 anos no ensino formal, o MOBREAL tem atendido a um contingente sempre crescente de pessoas na faixa 7-14 anos e que já se constituem em mais de 20% do atendimento total do Movimento, segundo amostras colhidas durante 1973 e 1974.

Dessa forma, ele já vem contribuindo para que o ingresso anual - de novos analfabetos que completam 15 anos - no estoque a atender seja sensivelmente diminuído. Não fora assim, anualmente cerca de 500 mil brasileiros completariam 15 anos de idade na condição de analfabetos.

O problema é que as crianças estão sendo atendidas dentro de uma metodologia projetada para adultos, o que faz que, em muitos casos, o aproveitamento seja prejudicado.

Assim, se a intenção do MOBREAL é contribuir para a normalização do fluxo do sistema regular de ensino - evitando a formação de núcleos que poderão **vir** a engrossar as fileiras de analfabetos - nada mais natural que a sua preocupação em desenvolver um novo programa que, dentro de uma metodologia adequada as condições biológicas e psicológicas desta nova clientela, possa atender de forma efetiva a esse imperativo.

Assim, surgiu a idéia de o MOBREAL, como elemento auxiliar do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, vir a engajar-se no combate ao problema do déficit da escolarização obrigatória.

CAPITULO II

ORIGEM DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE EXCEDENTES

2.1. O EXPERIMENTO DE PORTO ALEGRE

A Secretaria de Educação do Município de Porto Alegre e a Comissão Municipal do MOBRL, em 1972, estudaram a possibilidade de utilizar a metodologia e o material do Programa de Alfabetização Funcional, com a finalidade de atender aos alunos analfabetos, cuja idade superava a estabelecida pelo sistema educacional para a matrícula na 1ª. série do 1º grau do ensino regular.

Esse estudo foi ocasionado pelo fato de que as escolas municipais de Porto Alegre, muito procuradas por crianças na idade regular, encontravam dificuldade em atender aos alunos entre 9 e 14 anos que, anteriormente evadidos, procuravam retornar, ou que, embora matriculados nas escolas, não conseguiam alfabetizar-se. A solução seria recuperá-los em turmas especiais.

Considerando esta necessidade, o Grupo de Integração, responsável pelo planejamento da Superintendência do Ensino Municipal, verificou que o MOBRL de Porto Alegre contava com recursos humanos e materiais para atender a essa população, de 9 a 14 anos, ainda não alfabetizada.

Foi configurada, na ocasião, a possibilidade de realizar-se uma experiência de alfabetização, utilizando-se os procedimentos metodológicos adotados pelo MOBRL que, embasados nos princípios de funcionalidade e aceleração, poderiam permitir o reingresso da clientela-alvo no sistema regular.

Para a realização de tal experimento, o Grupo Técnico de Porto Alegre se fundamentou na Lei 5692/71, artigo 2º, que diz:

"O ensino supletivo terá a finalidade de:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte".

A referida Lei prevê o atendimento dessa clientela pela suplementação da educação, declarando, no parágrafo único do mesmo artigo 2º:

"O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas, de acordo com as normas baixadas pelos Conselhos Estaduais de Educação". E enfatiza, no artigo 25: "O ensino supletivo, abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica, até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos".

A experiência do Grupo Técnico de Porto Alegre foi dividida em duas fases, especificadas no quadro que se segue.

2. EXPERIMENTOS EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Tendo em vista sua rentabilidade significativa, o experimento de Porto Alegre, foi levado ao conhecimento de alguns Secretários de Educação que demonstraram interesse pela realização do Programa em seus estados e territórios (Amapá, PARAÍBA, Alagoas, Sergipe e Bahia).

A preocupação dessas Unidades Federativas estava centralizada em ampliar a oferta de educação para a clientela de 7 a 14 anos, visando à democratização do ensino básico e ao cumprimento dos aspectos legais que estabelecem a escolarização obrigatória para o referido grupo etário.

Os Quadros 2.1. III e 2.IIV demonstram a situação educacional, em 1970, nos Estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território do Amapá, justificando a abertura, pelos órgãos competentes, de novas alternativas de atendimento em face da angustiante problemática existente. Esses quadros configuram a existência de "déficit" escolar elevado e grande número de alunos, fora da faixa etária ideal, cursando o antigo ensino primário.

Quadro 2.1.III

Distribuição da População na Faixa 7-14 anos pelos níveis de Ensino segundo a localização - 1970

Unidade da Federação	População Presente	População no Ensino Primário	% (1)	População no Ensino Ginásial	% (1)	População no ensino Colegial	% (0)	Total da População nos 3 Níveis de Ensino	% (2)
Amapá	26.988	18.513	69	1.935	7	12	*	20.461	76
Paraíba	509.782	240.158	47	12.994	3	208	*	253.360	50
Alagoas	338.151	153.285	45	8.210	3	104	*	161.599	48
Sergipe	201.089	110.827	55	4.771	2	87	*	115.685	57
Bahia	1.648.252	753.938	46	57.964	3	520	*	812.422	49
Total	2.724.262	1.276.722	47	85.874	3	931	*	1.363.527	50

Fonte: IBGE

Observações:

(*) - Percentagem inferior a 1%

(1) - As percentagens são obtidas em relação à População Presente

(2) - População escolarizada como percentual da população escolarizável.

Quadro 2.IIV

Distribuição da população no Ensino Primário, por faixa etária, segundo localização - 1970

Unidades da Federação	População de 7 a 10 anos no Ensino Primário		População de 11 a 14 anos no Ensino Primário		População no Ensino Primário (7 a 14 anos)	
	Número absoluto	% (1)	Número absoluto	% (1)	Número absoluto	X
Amapá	10.240	55	8.274	45	18.514	100
Paraíba	128.222	53	111.936	47	240.158	100
Alagoas	80.922	53	72.363	47	153.285	100
Sergipe	59.411	54	51.416	46	110.827	100
Bahia	410.806	54	343.132	46	753.938	100
Total	689.601	54	587.121	46	1.276.722	100

Fonte: IBGE

Observações: (1) Percentagem em relação ao total de matrículas no antigo curso primário.

Da população presente, naquelas Unidades da Federação, 2.724.262 crianças e adolescentes, somente 50% estavam freqüentando a rede regular de ensino (primário, secundário ou colegial).

Por outro lado, a obstrução dos sistemas é apontada no Quadro 2.1.IV, no qual fica bem claro que, da população nas quatro primeiras séries do ensino de 19 grau (antigo primário), nessas Unidades da Federação, 46% estavam, em 1970, distribuídos na faixa etária de 11 a 14 anos.

A atuação conjunta das Secretarias de Educação e do MOBRL, realizada em 1973 e 1974 ainda em caráter bastante limitado, visava a preparar a população analfabeta da faixa etária compreendida entre 9 e 14 anos, para ingressar na 3a. série do ensino de 19 grau, através da aceleração ao processo de aprendizagem.

Essa atuação foi oficializada em convênio, cabendo aos órgãos estaduais "supervisionar, controlar e avaliar permanentemente os trabalhos realizados em classe, fornecendo o resultado das observações e análises, por meio de relatórios trimestrais ao MOBRL".

O Quadro 2.1.V apresenta os resultados do experimento nos Estados de Alagoas e Paraíba e no Território do Amapá. Em relação aos Estados de Sergipe e Bahia, o MOBRL só dispõe de dados parciais, uma vez que nestas Unidades da Federação o Programa está em desenvolvimento.

Quadro 2.1.V

Unidades da Federação	Fase de Alfabetização				Fase de Integração			
	Matr. Inicial	Matr. Final	Alfabetizados		Matr. Inicial	Matr. Final	Reintegrados	
			Nº	%			Nº	%
Alagoas	1 .185	1 .080	1 .080	100	1 .080	1 .053	950	72 (*)
Paraíba	376	355	299	84	268	254	254	100 (**)
Amapá	(nd)	550	267	48,5	(nd)	516	380	75,4

Observações: (*) - Dos quais 24% na 2a. série e 48% na 3a. série

(**) - Dos quais 26% na 2a. série e 74% na 3a. série

(nd) - Dados não disponíveis

A Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, em seu relatório, reflete muito bem a posição das outras Secretarias, ao afirmar:

"Os resultados quantitativos foram considerados satisfatórios, enquanto os qualitativos excederam a nossa expectativa, devendo-se fundamentalmente à disponibilidade, entusiasmo e dedicação ao trabalho dos professores, responsáveis pelas classes de aceleração. Reconhecemos o sucesso decorrente do método da alfabetização funcional do MÓBRAL, aplicado a **curto prazo, e a** constante atuação da Supervisão".

E evidente que ao ampliar-se nacionalmente o Programa de Recuperação de Excedentes, não será possível obter resultados iguais aos constatados nos projetos experimentais. Ainda assim, este projeto contém todos os cuidados capazes de permitir resultados próximos aos verificados na fase experimental, o que dá margem a uma visão otimista de seus efeitos.

CAPITULO III

AS CREDENCIAIS DO MOBRAL

3.1. ANTECEDENTES

O combate ao analfabetismo sempre foi motivo de preocupação de governantes e de entidades não-oficiais. Na realidade, tanto o antigo Ministério da Educação como organismos confessionais ou assistenciais foram responsáveis por campanhas que, somadas aos esforços dos Estados, no campo da educação supletiva, explicavam o decréscimo - em termos relativos - do contingente de analfabetos (Figura 3).

Emergiram mesmo, em épocas diversas, "movimentos" ou "campanhas", cuja generosidade de inspiração, porém, não bastava para suplantar suas deficiências intrínsecas, agravadas pela escala do problema. Menos com o sentido crítico do que com o de análise, os pedagogos identificam um concurso de causas para os eventuais fracassos de tais iniciativas, entre as quais destacam:

- a) a atuação isolada de órgãos;
- b) a ausência de acompanhamento e avaliação de métodos;
- c) a limitação ao ensinar a ler e escrever;
- d) a insuficiência de recursos, provindos de dotações orçamentárias ou de arrecadações ;
- e) a não continuidade de atuação.

3.2. O SURGIMENTO DO MOBRAL

A histórica impotência ante as crescentes dimensões do problema chocava-se, porém, com o sentido sociológico da Revolução Brasileira, que buscava a modernização da nossa sociedade. A antinomia geraria, porém, não a inação, do ceticismo ou da incapacidade, mas sim um imperativo determinante de soluções em larga escala, permanentes, racionalmente operacionalizadas e postas com justa adequação técnico-pedagógica.

A estruturação desse novo esforço viria com a criação, em 1967, pela Lei 5.379, de 15/12/67, do MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - Fundação MOBRAL, cujas atividades, contudo, só se iniciariam a 8 de setembro de 1970, em propositada coincidência com o Dia Internacional da Alfabetização. Esse hiato de tempo fora determinado pela necessidade de se proceder a uma rigorosa avaliação de prioridades educacionais, sociais e econômicas da sociedade brasileira. Essa avaliação, que era o antiempirismo, condicionaria, por sua vez, as características e as próprias prioridades do novo órgão, posto sob a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura.

E, no documento base de implantação, emitido em 1971, seu então Presidente, Prof. Mário Henrique Simonsen, garantiria as intenções do Governo de "dar ímpeto à erradicação do analfabetismo no Brasil, não a situando como campanha transitória, mas como um movimento permanente que só se extingui

quando deixar de existir o problema do analfabetismo em nosso país".

3.3. OS PROGRAMAS DO MOBRAL

3.3.1. PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

O programa de Alfabetização Funcional constitui a atividade básica do MOBRAL, sua própria razão de existência e a representação do movimento de massa que hoje caracteriza a instituição.

A Alfabetização é realizada num curso de 5 meses em mais de 120 mil classes por semestre, movimentando mais de 150 mil alfabetizadores, com intervenção de 28 mil voluntários, membros das Comissões Municipais instaladas nos 3.953 municípios brasileiros. Em 600 Municípios, as Comissões Municipais são apoiadas por 7 mil voluntários, componentes dos chamados Grupos de Apoio, criados em 1974.

A evolução da Alfabetização Funcional, desde a origem do MOBRAL, foi a expressa no Quadro 3.3.1.1. Deve-se observar que o rendimento dos cursos de alfabetização do MOBRAL dirigidos aos adultos é substancialmente mais baixo **que** o observado nos experimentos do Programa de Recuperação de Excedentes, por força das condições altamente desfavoráveis daquela clientela. No atendimento ao grupo de 9 a 14 anos os resultados são mais favoráveis, em função das características dos estudantes atendidos.

Quadro 3.3.1.1

Resultados dos Cursos de Alfabetização do MOBRAL

Ano	Municípios	Conveniados	Alfabetizados	Produtividade (%)
1970	613	508.000	172.000	34
1971	3.405	2.590.000	1.081.000	42
1972	3.643	4.256.000	2.043.000	48
1973	3.953	4.920.000	1.722.000	35
1974	3.865	4.760.000	1.950.000	41
TOTAIS	3.953	17.034.000	6.969.000	41

As figuras em anexo ilustram bem o impacto do MOBRAL na situação geral do analfabetismo do Brasil.

Na figura 3 é indicada a evolução do analfabetismo no Brasil, de 1940 até 1970. As barras correspondem ao número absoluto de analfabetos, que foi sempre crescente durante o período considerado e cuja escala (milhões) é indicada à esquerda; já a curva, que indica a evolução do índice de analfabetismo, mostra declínio durante todo o período e tem sua escala (%) à direita.

A figura 4 mostra o atendimento do MOBRAL, dentro do Programa de Alfabetização

Funcional, durante o período 1970/74, apresentando o número de alunos conveniados e o número de alunos efetivamente alfabetizados.

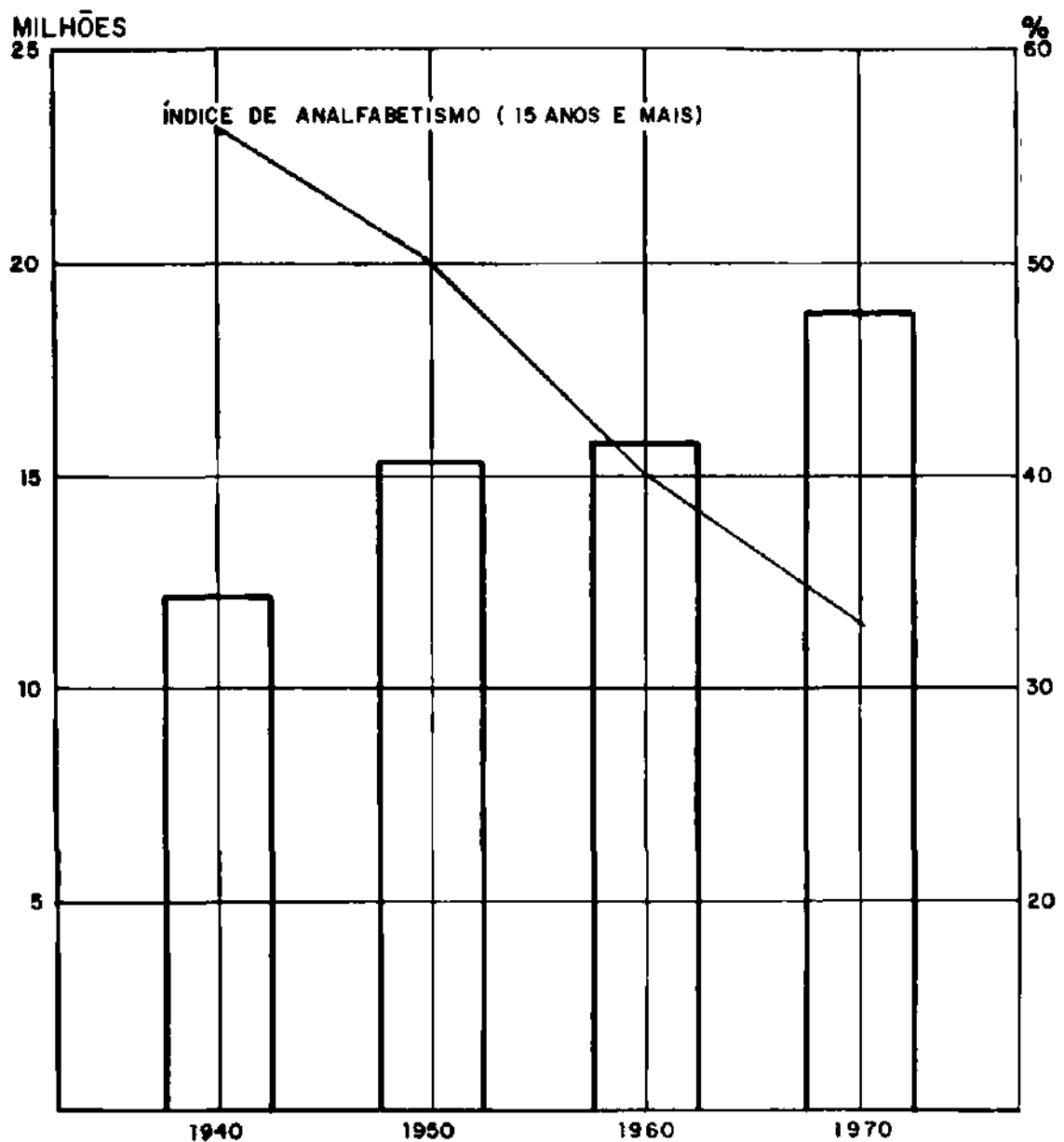
Na figura 5, pode-se constatar a capacidade de recrutamento do MOBRL, medida como percentagem de alunos conveniados em relação ao total de analfabetos de 15 anos e mais no início de cada ano. Esta capacidade tem sido sempre crescente: em 1970, foram conveniados 3% do número total de analfabetos (clientela em potencial); já em 1974 o percentual havia ascendido a 34%. A figurado estende o mesmo raciocínio a capacidade de alfabetização, mostrando que - a exceção do ano de 1973 - o percentual tem, também, crescido sempre, atingindo a 14% em 1974.

Finalmente na figura 7, o impacto do MOBRL - sobre o número absoluto de analfabetos de 15 anos e mais - é ilustrado. As tendências do passado mostram que o número de analfabetos no Brasil seria de 19,3 milhões, no final de 1974, se não tivesse surgido o MOBRL. Com o impacto do Movimento, entretanto, o número estimado foi de 12,4 milhões.

EVOLUÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL (1940/70)

ANALFABETOS DE 15 ANOS E MAIS

(VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)



ANALFABETOS DE 15 ANOS E MAIS

FIGURA 3

MOBRAL
EVOLUÇÃO DO
NÚMERO DE
ALUNOS
CONVENIADOS E
ALFABETIZADOS

(1970/74)

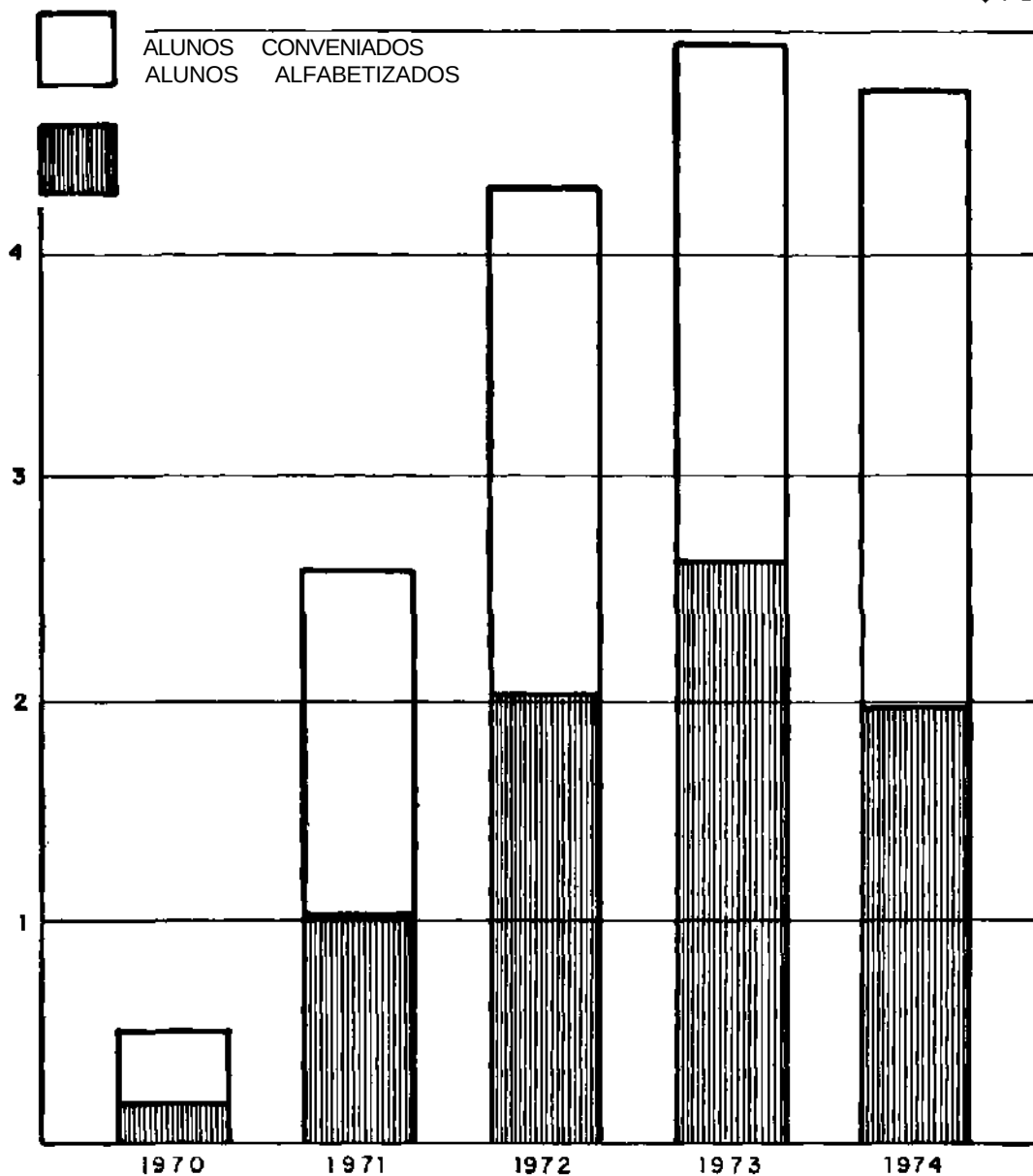
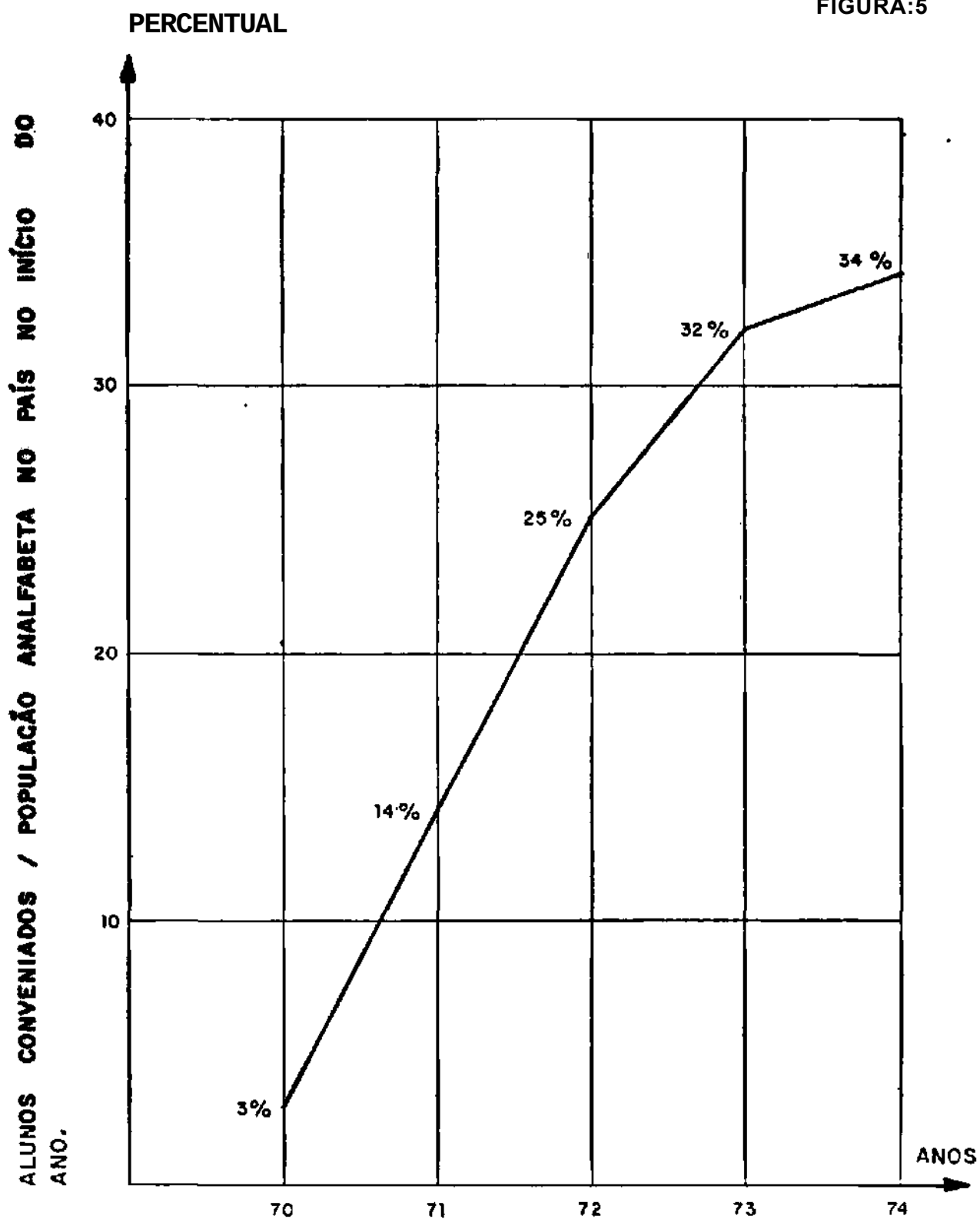


FIGURA 4

CAPACIDADE DE RECRUTAMENTO

FIGURA:5



CAPACIDADE DE ALFABETIZAÇÃO DO MOBRAL

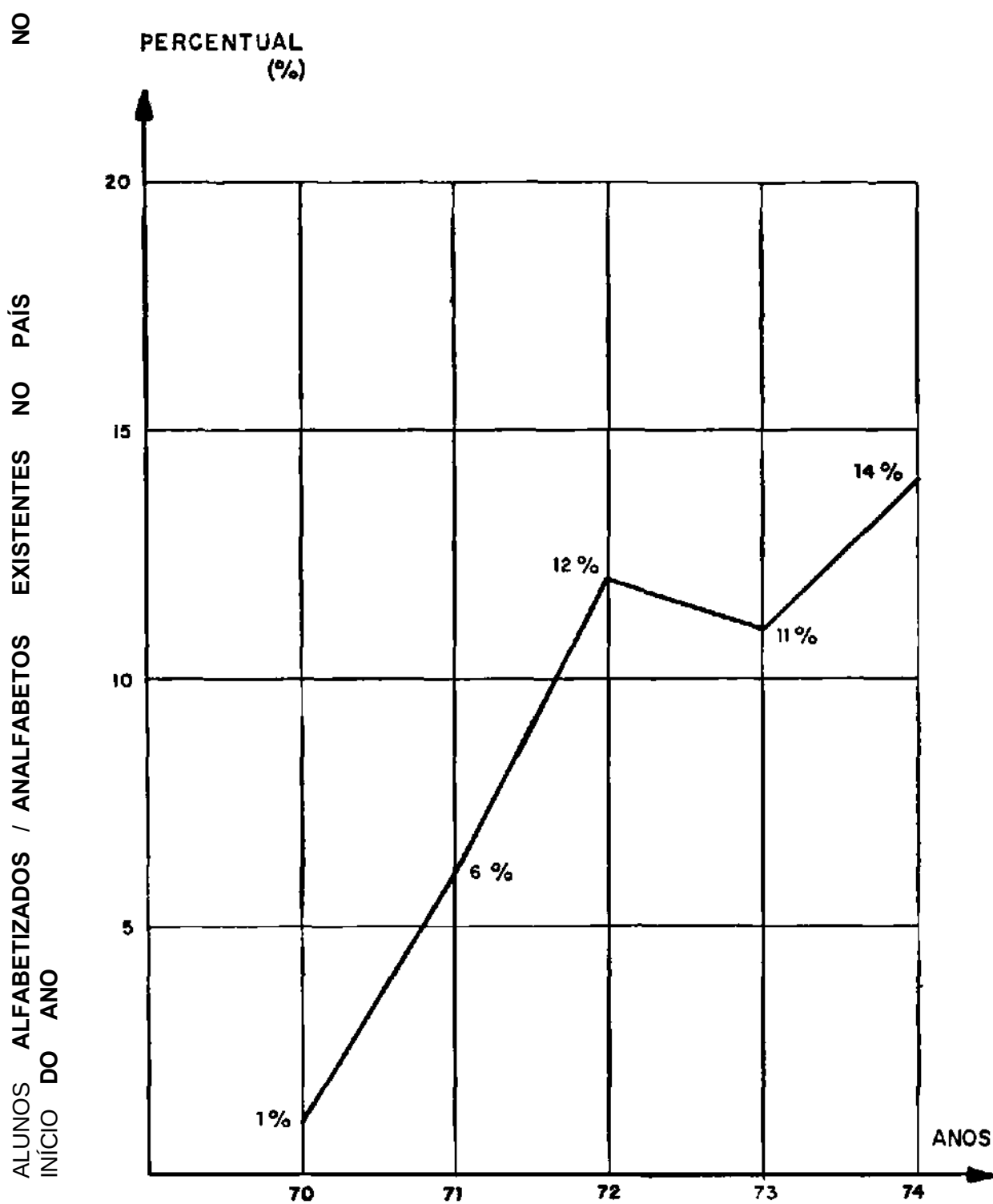


FIGURA: 6

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE
BRASIL COM E ANalfabetismo SEM
MOBRAL

NO

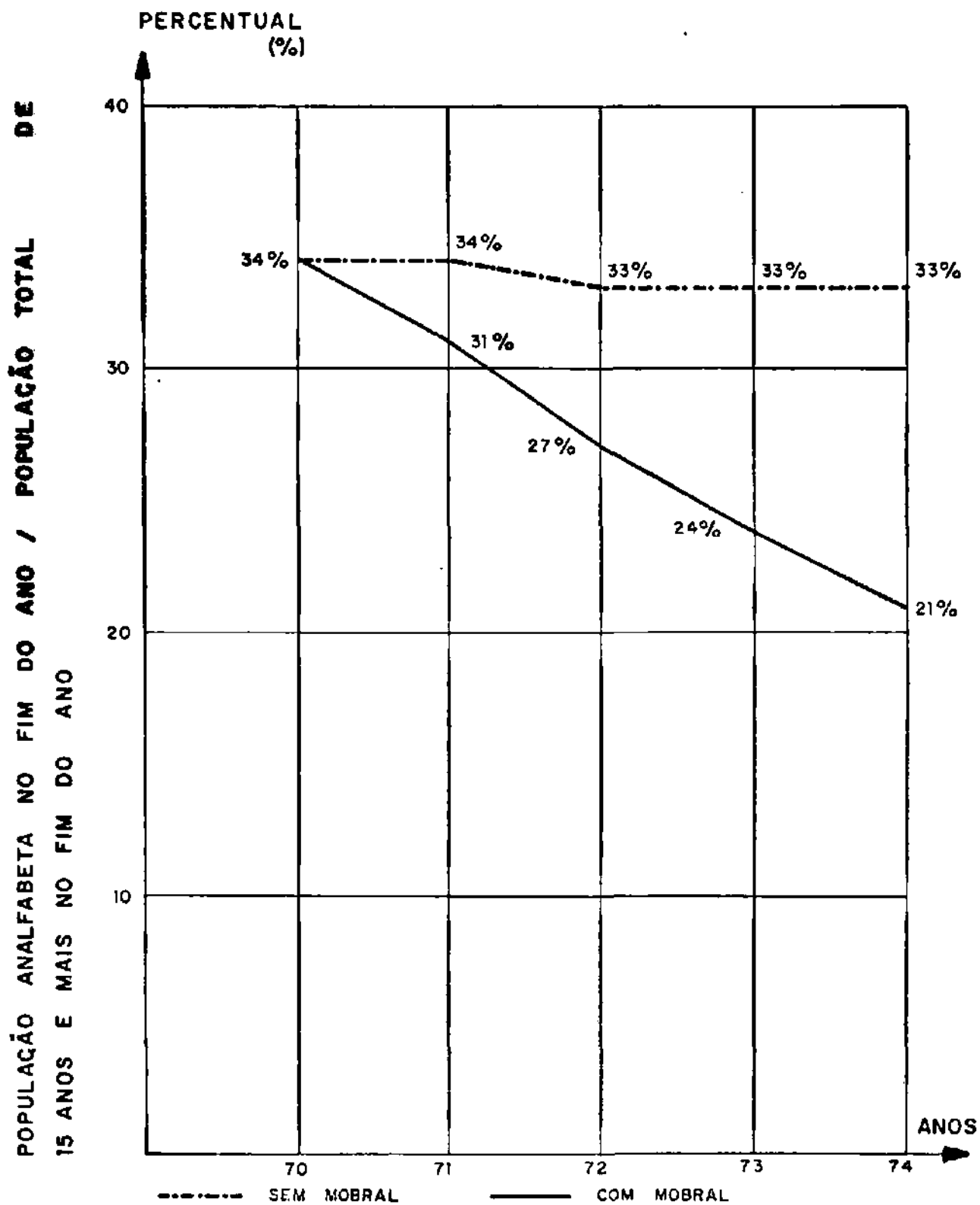


FIGURA: 7

3.3.2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

O programa de Educação Integrada consiste basicamente num curso de 12 meses, equivalente às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau. E, portanto, um curso supletivo compacto, dentro do espírito da Reforma do Ensino, hoje reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (parecer nº 44/73), e desenvolvido através das Secretarias Estaduais de Educação (SEC), das Secretarias Municipais de Educação (SEMEC) e de entidades diversas.

O MOBRAL, para a implementação do programa, fornece as entidades executoras o material didático, treina os professores e dá assistência técnica permanente.

Tendo por objetivo o atendimento prioritário aos egressos da Alfabetização Funcional, bem como àqueles que não puderam frequentar a escola na idade própria, a Educação Integrada tem se expandido desde 1971, ano em que foi criada experimentalmente pelo MOBRAL.

O quadro a seguir oferece uma perspectiva de evolução do programa:

Quadro 3.3.2.1

...Ano	Conveniados	Municipalidades
1971	33.000	181
1972	817.000	1 .888
1973	1.000.000	1 .984
1974	1 . 103.000	2.092

3.3.3. OUTROS PROGRAMAS DO MOBRAL

3.3.3.1. MOBRAL CULTURAL

O MOBRAL Cultural é um programa de extensão e reforço da ação original do

MOBRAL. Sua finalidade é concorrer, de modo informal, flexível e dinâmico, para a ampliação do universo cultural do mobralense e da comunidade a que ele pertence, visando, ao mesmo tempo, impedir ou atenuar as possibilidades de regressão dos ex-alunos e afastar ou reduzir o perigo de sua deserção. Ao lado disso, ao utilizar abordagens menos convencionais, torna-se poderoso agente de mobilização dos que, envolvidos nas atividades culturais, necessitam, ainda, de alfabetização. Finalmente, incentivando o espírito associativo e aumentando a oferta progressiva de cultura, representa o meio prático para o mobralense - um homem em expectativa - superar as frustrações que poderiam decorrer se a sua transição sócio-cultural não se efetuassem.

O Programa está sendo gradativamente implantado, em todo o País, através de dois tipos de unidade:

a) POSTOS CULTURAIS FIXOS, em condições de manter atividades culturais permanentes, dirigidas à continuidade e reforço dos programas pedagógicos e profissionalizantes, da estratégia de mobilização, bem como ao aproveitamento das horas de lazer dos mobralenses e membros da comunidade.

A partir de novembro de 1973, época do lançamento do MOBRAL Cultural, foram instalados 1.076 Postos Culturais, distribuídos em todas as Unidades da Federação.

b) POSTO CULTURAL MÓVEL (MOBRALTECA): unidade operacional móvel, destinada à execução das atividades do PROGRAMA.

Durante o ano de 1974, o protótipo da MOBRALTECA visitou os Estados do Espírito Santo, Paraíba, Bahia, Guanabara e Santa Catarina, atendendo a um total de 66 municípios, com cerca de 700 mil espectadores em 262 apresentações.

O MOBRAL Cultural alimenta suas unidades (POSTOS CULTURAIS FIXO e MÓVEL) com Subprogramas (Literatura, Teatro, Cinema, Música, Rádio, Publicações, Artes Plásticas) especialmente adaptados ao nível da clientela mobralense.

3.3.3.2. MOBRAL PROFISSIONAL

O programa de profissionalização tem por finalidade dar continuidade às dimensões pedagógicas e culturais do mobralense, criando condições de melhoria no campo profissional e de integração no mercado de trabalho.

Operacionalmente, foram idealizados três Subprogramas:

a) TESTAGEM e ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, com os objetivos de detectar as causas de resistência à aprendizagem e de determinar, através de testes de sondagem, as aptidões básicas dos mobralenses, aproveitando a experiência, nesse campo, do ISOP (Fundação Getúlio Vargas) e do Estado Maior das Forças Armadas.

b) TREINAMENTO PROFISSIONAL, visando a preparar, através de cursos de treinamento, para o mercado de trabalho, os egressos dos cursos de Alfabetização Funcional e de Educação Integrada. Estes cursos são principalmente dados em convênios com o PIPMO - Programa Intensivo de Preparação de mão-de-obra - já tendo atendido a cerca de 100 mil pessoas. Paralelamente, está sendo desenvolvida uma experiência-piloto, idealizada pelo MOBRAL, em Santa Catarina, de treinamento por famílias ocupacionais, buscando obter economias de escala.

c) COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, tendo por meta a criação de articulações efetivas entre a clientela mobralense e o mercado de trabalho. Será desenvolvido através de Postos de Emprego (em experimentação em alguns municípios de São Paulo) e de Balcões de Emprego (a funcionar nos Postos Culturais).

3.3.3.3. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O programa de Desenvolvimento Comunitário tem como propósito induzir os egressos de Alfabetização Funcional a uma participação maior na comunidade, oferecendo uma alternativa de atividade complementar ao processo pedagógico, até que se possa envolver o mobralense na Educação Integrada e/ou nos demais programas do MOBRAL.

Durante o ano de 1974, o MOBRAL procurou inibir a expansão do Desenvolvimento Comunitário, embora a inércia de atuação junto aos municípios ainda tenha produzido 27.137 conveniados em 131 localidades; tal orientação deveu-se à perspectiva de implantação de um novo programa. Este, ainda dependente de aceitação e articulação por parte de órgãos de outros Ministérios, será o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC.

Em sua nova versão terá como objetivos desenvolver, na comunidade, mecanismos de participação social que possibilitem e estimulem a população a uma efetiva atuação, visando a melhoria de sua qualidade de vida; além de oferecer, como elemento constitutivo do processo de educação permanente de adultos, oportunidades para realização de transferência, para a vida gráfica, dos conhecimentos e noções adquiridos nos demais programas de ação. A diagnose dos problemas e aspirações municipais é parte constitutiva do programa, devendo servir no futuro, como seu orientador, através da metodologia do planejamento induzido.

Inicialmente, serão desenvolvidos os Subprogramas de HORTAS COMUNITÁRIAS, de PROMOÇÃO PROFISSIONAL, de CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS e de SAUDE.

3.4. A INFRA-ESTRUTURA DO MOBRAL

3.4.1. SUBSISTEMA DE SUPERVISÃO

O MOBRAL é caracteristicamente um movimento de massa, descentralizado em sua gerência. Assim, as Comissões Municipais (COMUN) são autônomas na ação executiva, recebendo apoio logístico (material didático e pagamento dos alfabetizadores, no caso da Alfabetização Funcional), treinamento e orientação das Coordenações Estaduais, devidamente articuladas com o MOBRAL Central.

As Coordenações Estaduais (COEST), por sua vez, gozam de relativa autonomia, a fim de adequarem as ações do MOBRAL as condições de ordem regional.

O MOBRAL Central regula todo esse complexo organizacional através de suas gerências, centros e assessorias que comandam os programas, projetos e atividades diversas. Nesse contexto, os programas anteriormente citados são dirigidos pela Gerência Pedagógica (Alfabetização Funcional, Educação Integrada e Desenvolvimento Comunitário), pelo Centro de Atividades Culturais (MOBRAL Cultural) e pela Gerência de Profissionalização (Profissionalização).

A integração operacional dos programas citados nos níveis de decisão (COMUN, COEST e MOBRAL Central) é incumbência do Subsistema de Supervisão Global

(SUSUG) que cobre hoje todo o País.

Em termos quantitativos o quadro 3.4.1.1, relativo ao final de 1974, oferece condições de avaliação da rede de supervisão do MOBRL:

Quadro 3.4.1.1

DISTRIBUIÇÃO DOS SUPERVISORES

Unidades da Federação (*)	Supervisores Estaduais	Supervisores de Área	Supervisores Municipais	Nº de Municípios
Amazonas	3	14	45	45
Para	2	16	83	83
Acre	3	-	7	7
Amapá	3	-	5	5
Rondonia	2	-	2	2
Roraima	2	-	2	2
Maranhão	3	23	130	130
Piauí	3	22	114	114
Ceará	3	24	142	142
Rio G.do Norte	3	25	50	50
Paraíba	4	29	171	171
Pernambuco	3	27	164	164
Alagoas	2	16	94	94
Sergipe	1	13	74	74
Bahia	6	56	336	336
Espírito Santo	1	9	53	53
Rio de Janeiro	1	11	63	63
Guanabara	3	24	1	1
Minas Gerais	11	121	722	722
Sao Paulo	9	96	571	b/l
Paraná	b	48	288	288
Santa Catarina	4	37	197	197
Rio G. do Sul	4	39	232	232
Mato Grosso Sul	2	10	50	50
Mato Grosso Norte	2	10	34	34
Goiás	4	45	221	221
Distrito Federal	2	14	1	1
TOTAL	91	729	3.962	3.952

(*) Fernando de Noronha não tem sistema de supervisão

Operacionalmente, o Sistema de Supervisão Global adota critérios de avaliação permanente ao nível da execução dos programas e conseqüentes reformulações e realimentação dos diferentes processos. Ao mesmo tempo, a supervisão do MOBRL prevê a articulação, nos três níveis já citados, dos meios e fins dos programas; para isso, um fluxo constante de informações está estabelecido entre o MOBRL Central, as COEST e todas as 3.952 COMUN. A implicação principal desses meios de integração e a de uma rotina progressiva e contínua de treinamento.

Em termos de desenvolvimento do SUSUG, a experiência do seu funcionamento permite alcançar as seguintes posições:

- Ficou constatado, através da avaliação, que o Subsistema de Supervisão Global, além de ser o principal elo entre o MOBRL Central ou Coordenações Estaduais/Territoriais e a comunidade, é também o elemento propulsor da ação do MOBRL;

- Ficou já comprovada a extrema operacionalidade do Subsistema de Supervisão Global, com grande penetração e efetividade nos municípios;
- Constatou-se também que os 3 níveis de Supervisão são imprescindíveis, considerando a necessidade de atender a todos os municípios e de dar atenção diversificada às exigências de cada município;
- Necessário se faz manter a globalidade (todas as áreas meio e fim) do Subsistema de Supervisão, uma vez que o desenvolvimento dos programas exige uma ação integrada e global.

Vale registrar, diante da constatação de que a supervisão é hoje elemento importantíssimo do MOBRAL, os custos de funcionamento da rede, para uma comparação com seus benefícios. As despesas de salários dos supervisores e correspondentes ajudas de manutenção atingiram, em 1974, a cifra de Cr\$ 21.004.120,80, além de Cr\$ 1.556.000,00 referentes aos sete meses de treinamento. Mas foi graças à supervisão que o MOBRAL elevou o rendimento dos cursos de alfabetização de 35% (1973) para 41% (1974). Caso o rendimento continuasse em 1974, sendo de 35%, o MOBRAL teria alfabetizado menos 291 mil brasileiros, perdendo quase Cr\$ 30 milhões e frustrando irremediavelmente esses alunos. Entre outras coisas, de junho a dezembro o SUSUG treinou mensalmente, em média 21 mil colaboradores do MOBRAL (entre esses, cerca de 1.000 Prefeitos assistiram aos 7 treinamentos).

3.4.2. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

A função de mobilização no MOBRAL é descentralizada de acordo com a participação das comunidades municipais na execução dos programas, assim como no atendimento das peculiaridades locais.

Entretanto, as Coordenações Estaduais e o próprio MOBRAL Central atuam como elementos catalisadores e orientadores desse processo, havendo para isso uma Gerência de Mobilização de Recursos Comunitários e os respectivos homólogos junto às CÔEST.

Em 1974 esses elementos foram ativados pela implantação de uma "Estratégia de Mobilização", conjunto de dispositivos operacionais que orientou as COMUN quanto à programação das ações a serem desenvolvidas para recrutamento de alunos e demais recursos necessários aos programas do MOBRAL.

3.4.3. O PROCESSO DE TREINAMENTO

A fim de apurar, continuamente, a capacidade do elemento humano envolvido nos seus diversos programas e de permitir maior produtividade no desempenho de suas funções, o MOBRAL/Central vem oferecendo treinamento em diversas áreas.

No que respeita ao programa de Alfabetização Funcional, realizam-se as modalidades de treinamento direto e radiofônico, já tendo sido treinados até agora cerca de 158.000 alfabetizadores.

O treinamento para execução do programa de Educação Integrada procurou capacitar os professores dos quadros das Secretarias de Educação à utilização dos métodos e técnicas referentes ao projeto em causa. Apelou-se para o treinamento convencional direto e retransmitido em uma etapa seguinte. Em 1974, o SUSUG deu 7 treinamentos, cada um deles assistido por mais de 21 mil colaboradores do MOBRAL, em todo o País.

E dessa maneira que o MOBRAL se impõe, e aquelas parcelas individuais responsáveis pela ministração de seus cursos, um contínuo aperfeiçoamento, de modo a garantir a execução das metas estabelecidas, mas sempre dentro dos mais elevados padrões qualitativos.

3.4.4. O PROCESSO DE REALIMENTAÇÃO PELA PESQUISA

Entregues a grupos técnicos internos da melhor qualificação profissional e, muitas vezes, contando com a colaboração de consultores de igual valia, cujos serviços foram expressamente contratados, as atividades de pesquisa acompanharam, de perto, as necessidades da expansão da Fundação, em permanente evolução quantitativa e qualitativa.

Em 1974, o MOBRAL deu por concluídos os seguintes trabalhos de Pesquisa:

- . estabelecimento de critérios para determinação de prioridades de pesquisas no campo de atuação do MOBRAL, objetivando uma visão sistêmica das variáveis intervenientes nos diversos programas da instituição;
- . identificação de Eventos Reforçadores para Adultos de Escolaridade Tardia;
- . Pesquisa de Opinião MOBRAL/Universidade;
- . a Orientação Educacional e o Ensino Supletivo Estadual da Guanabara;
- . elaboração do documento "Modelo de Avaliação do Programa de Alfabetização Funcional" para o Programa Experimental de Alfabetização da UNESCO.

Os trabalhos em andamento, no final de 1974, eram os seguintes:

- . Estudo de acompanhamento (follow-up) do mobralense através de encartes nos diplomas de Alfabetização Funcional e Educação Integrada.
- . Percepção Visual da Clientela do MOBRAL.
- . Competências Básicas do Português.
- . Avaliação sócio-econômica do aluno no MOBRAL.
- . Avaliação do produto final do Programa de Alfabetização Funcional quanto ao domínio das técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo.
- . Avaliação do Método MOBRAL na Região do Vale Médio Inferior do Paraíba do Sul.
- . Análise do Nível Operatório do Adulto Analfabeto.
- . Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros para alternativas estratégicas do MOBRAL.

Ainda em 1975 o MOBRAL formulará inúmeros modelos matemáticos para subsidiar a tomada de decisões, usando o moderno instrumental da Dinâmica de Sistemas.

3.4.5. O SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES

O MOBRAL, atuando nos 3.953 municípios brasileiros, necessitava dispor, a curto prazo, de informações referentes à sua estrutura e funcionamento.

Para tanto foi montado um SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES (SUMO) composto de diversos módulos (subsistemas).

Alguns desses subsistemas estão ligados diretamente à estrutura da organização, tais como: cadastro dos elementos das Comissões Municipais, cadastro de localidades, etc. Entretanto, grande parte dos subsistemas está vinculada ao funcionamento propriamente dito do MOBRAL. Entre esses diversos subsistemas podemos citar: controle de convênios, controle financeiro de convênios, controle de material didático, controle de correspondência, controle de contabilidade e orçamento, pessoal, etc.

Atuando na totalidade dos municípios brasileiros, conveniando cerca de 6 milhões de alunos, mobilizando 150 mil alfabetizadores distribuídos em aproximadamente 120 mil classes, o MOBRAL, para organizar e controlar uma quantidade tão grande de informações, constituiu o subsistema de controle de convênios (SICAC). Este subsistema pode ser considerado o mais importante entre todos os outros módulos, pois fornece diretamente as informações de controle da produção, ou seja, desde a transformação da matéria prima (ALUNO CONVENIADO) até o produto final (ALUNO ALFABETIZADO).

O subsistema SICAC tem como objetivos primordiais:

- manter sob controle cadastral os convênios assinados pelo MOBRAL;
- manter disponíveis os recursos mobilizados pelo MOBRAL junto à comunidade (alfabetizadores e locais de funcionamento das classes); e
- controlar mensalmente, o desenvolvimento das classes do programa de Alfabetização Funcional no tocante a matrícula, frequência, evasão e aprovação.

O Controle do funcionamento de cada classe é realizado a partir do preenchimento diário de um boletim de frequência. No final do mês estas informações são repassadas para um VOLANTE, semelhante ao utilizado no sistema da Loteria Esportiva.

Finalmente, este VOLANTE, junto com um CARTÃO FREQUÊNCIA, é inserido num aparelho denominado "port-a-punch" e realizada a perfuração, ainda num esquema idêntico ao da Loteria Esportiva.

Mensalmente todos os municípios remetem, através do SUSUG e do SERCA - Serviço de Correspondência Agrupada (ECT), para processamento, os cartões correspondentes a todas as classes em funcionamento.

Com base nas informações contidas nos cartões, são liberadas as parcelas financeiras correspondentes aos pagamentos dos alfabetizadores. São emitidos também diversos relatórios operacionais e gerenciais que fornecem

subsídios à administração do MOBRAL no planejamento, execução e controle de suas atividades.

O Sistema Integrado de Informações do MOBRAL permite um conhecimento mais profundo de sua estrutura, bem como um acompanhamento mais fidedigno de suas imensas tarefas educacionais.

Cumpra-se notar que o Sistema Integrado de Informações está hoje caracterizado para alcançar o nível de CLASSE, permitindo flexibilidade no tratamento de informações pelo uso de VOLANTES, CARTÕES e do "port-a-punch".

3.4.6. CONCLUSÕES

O MOBRAL dispõe, hoje, de infra-estrutura invejável, passível de utilização intensa em favor da valorização do homem brasileiro.

É importante enfatizar que a reprodução de infra-estrutura idêntica, no futuro, dificilmente poderá ser realizada nas mesmas condições de custos e prazos. Talvez não haja outra causa, como a da alfabetização, capaz de propiciar a repetição de fenômeno de mobilização comunitária como o MOBRAL. Essa intensa participação nas atividades da instituição carece de realimentação constante, através de novas missões, de medidas que se esgotem as necessidades já satisfeitas em seus projetos originais.

CAPITULO IV

O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE EXCEDENTES, SEUS CUSTOS E BENEFÍCIOS

4.1. INTRODUÇÃO

Para que o PRE consiga atingir os objetivos a que se propõe, - o atendimento à população de 9 a 14 anos - ele adotará como tática a prioridade as faixas etárias mais altas, a fim de tentar estancar, de imediato, a fonte de adultos analfabetos.

A clientela potencial total do Programa, em seus cinco anos, seria de cerca de 9,8 milhões de pessoas (*) e, desses, deverão ser reintegrados ao Sistema Formal cerca de 5 milhões, com o atendimento de 7,5 milhões de alunos.

O orçamento do Programa, excluídos os recursos humanos e de infra-estrutura do MOBRL, será de cerca de Cr\$ 520 milhões (cruzeiros de 1975), com desembolso de Cr\$ 94 milhões ainda no ano em curso. Deste orçamento, 75% serão destinados ao pagamento de professores e 15% ao Material Didático, ficando os 10% restantes para treinamentos, assistência técnica e contratação de novos supervisores.

A seguir, se procurara pormenorizar as características do programa, seus benefícios e seus custos, mostrando inclusive a grande economia que se fará quando estes custos forem confrontados com os observados no Ensino Regular.

4.2. CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA

4.2.1. AÇÃO COORDENADA - DEF/MOBRAL/SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

Na fase de amadurecimento, este projeto foi submetido à crítica do Departamento de Ensino Fundamental, ao qual cabe a liderança do ensino de 1º grau no Brasil. Insere-se o PRE, numa ação coordenada - a nível federal, estadual e municipal - que visa à universalização do ensino fundamental no País.

A implantação do Programa de Recuperação de Excedentes, nos Estados, evidentemente não terá caráter compulsório. Assim sendo, as Secretarias de Educação/SEC/SEMEC - deverão solicitar ao MOBRL a sua participação, a fim de, numa ação conjunta, procurarem corrigir as distorções evidenciadas no Sistema.

O programa terá como objetivo atender à clientela, na faixa etária de 9 a 14 anos, não absorvida pelo Sistema Regular de Ensino, utilizando metodologia específica, adaptada do Programa de Alfabetização Funcional. O programa objetiva, ainda, oferecer condições de continuidade de estudos a essa clientela, através de um período complementar à alfabetização - fase de integração - visando ao ingresso ou reingresso no Sistema Regular de Ensino, quando o aluno for menor de 14 anos, e através do Programa de Educação Integrada do MOBRL, quando o aluno apresentar idade superior aquela.

(*) AT estariam incluídos os alunos de 9 a 14 anos fora da escola em 1975 mais os ingressos anuais de crianças sem escola, nesta faixa etária, até 1979.

4.2.2. ATENDIMENTO E DURAÇÃO

O MOBREAL prevê o atendimento anual de um milhão e quinhentos mil alunos, com cerca de um milhão de alfabetizados, durante cinco anos consecutivos.

Para o atendimento a essa clientela, não matriculada no Sistema Regular de Ensino, serão formados dois grupos:

- 1 - Crianças analfabetas - 9 a 14 anos
- 2 - Crianças alfabetizadas - 9 a 14 anos

O Programa de Recuperação de Excedentes se desenvolverá de acordo com as seguintes prioridades de atendimento:

- 1 - Analfabetos na faixa etária de 13/14 anos
- 2 - Alfabetizados na faixa etária de 13/14 anos
- 3 - Analfabetos na faixa etária de 9/12 anos
- 4 - Alfabetizados na faixa etária de 9/12 anos

O atendimento de cada um desses 4 grupos de alunos se dará de acordo com a sistemática apresentada a seguir:

Clientela	Idade	Atendimento Inicial	Continuação do Processo Educativo
	13/14 anos	Alfabetização Funcional (5 meses)	Educação Integrada, em convênio com as SEC de Educação (Ensino Supletivo)
Analfabetos	9/12 anos	Alfabetização Funcional (4 ou 5 meses) Preparação para a Integração do Ensino Regular (4 ou 5 meses)	Absorção, pelo Sistema Regular de Ensino, na 3a. série ou na série em que melhor se ajustarem
Alfabetizados	13/14 anos	Educação Integrada, em convênio com as SEC de Educação (Ensino Supletivo)	Absorção, pelo Ensino Supletivo, na 5a. série ou na série em que melhor se ajustarem
	9/12 anos	Preparação para a Integração no Ensino Regular (9 meses)	Absorção, pelo Sistema Regular de Ensino, na 4a. série ou na série em que melhor se ajustarem

4.2.3. CARGA HORÁRIA

Para atender aos interesses e necessidades dos alunos, uma vez que muitos deles trabalham, o horário poderá ser:

- matutino
- vespertino
- noturno

O mínimo de horas diárias recomendado para o Programa será de 2h 30 min.. Entretanto, nos municípios onde_houver possibilidades de um prolongamento, o período de aula se estenderá até 4 horas, o que será o ideal e garantirá o desenvolvimento de um trabalho mais cuidadoso e individualizado.

4.2.4. ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

Os agrupamentos deverão, sempre que possível, obedecer a critérios como:

- analfabetos da mesma idade
- alfabetizados da mesma idade

A aplicação de uma sondagem dará ao professor subsídios para fazer os agrupamentos de acordo com os critérios mencionados.

É importante que as classes tenham um máximo de 30 alunos.

Sempre que não houver 30 alunos da mesma idade para constituir uma classe, ela será completada com alunos da faixa etária imediatamente superior.

4.2.5. FUNCIONAMENTO DAS CLASSES

O aspecto não formal, estabelecido para o funcionamento dos Programas de Alfabetização Funcional, deverá prevalecer, também para o Programa de Recuperação de Excedentes.

Assim sendo, será feito, previamente, o levantamento e obtenção de locais ociosos na comunidade, onde possam se desenvolver as atividades educativas, diariamente. A única condição indispensável é que haja o equipamento necessário para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

É possível, pois, que funcionem classes em:

- Grupos Escolares da rede estadual ou municipal, escolas particulares e outros estabelecimentos de ensino;
- salões paroquiais, igrejas católicas ou protestantes, centros espíritas;
- Clubes, Associações de Classe, galpões, casas de família etc.

4.2.6. PROFESSORES

O Professor para o Programa de Recuperação de Excedentes, sempre que possível, deverá:

- conhecer as características dos alunos com os quais vai trabalhar;
- ter disponibilidade para experimentação de novos métodos e técnicas, procurando o seu aperfeiçoamento contínuo;

- compreender e aceitar a supervisão pedagógica, como um serviço técnico de mais alta importância, para o seu próprio crescimento profissional e o sucesso da aprendizagem do aluno.

4.2.7. TREINAMENTOS

A capacitação de recursos humanos para o programa se fará através de um treinamento básico inicial e, posteriormente, através de treinamentos em serviço.

O treinamento básico é condição indispensável para o início do programa, tendo em vista as adaptações necessárias da metodologia, para atendimento à clientela a que se destina.

Esse treinamento será diferenciado, uma vez que deverá atender a dois grupos:

- técnicos das Secretarias de Educação, Diretores e Supervisores,
- professores.

O conteúdo dos treinamentos será diversificado, do seguinte modo:

- para o primeiro grupo:
 - . fundamentação metodológica e supervisão específica do Programa;
- para o segundo grupo:
 - . fundamentação do Programa com parte teórica e prática.

Esses conteúdos serão veiculados através de materiais de apoio, que garantirão a transmissão correta da metodologia.

Responsabilidade do treinamento

Será ministrado pelo MOBRL Central:

- a equipe técnica da Secretaria de Educação,
 - aos supervisores do Subsistema de Supervisão Global,
 - aos professores, sempre que possível,
 - as agências pedagógicas das Coordenações Estaduais e Territoriais.

Através de efeito multiplicador, serão treinados pelas Secretarias Estaduais de Educação e Coordenações Estaduais do MOBRL, os técnicos das Secretarias Municipais, elementos das Comissões Municipais e professores.

4.2.8. METODOLOGIA/MATERIAL DIDÁTICO

São mostrados a seguir o material didático e a metodologia que serão utilizados em cada um dos 4 grupos de alunos a serem atendidos pelo Programa de Recuperação de Excedentes.

Clientela	Fases	Material Didático	Metodologia
Analfabetos 13/14 anos	Alfabetização	Material do Programa de Alfabetização Funcional	Metodologia do Programa de Alfabetização Funcional
Analfabetos 9/12 anos	1ª. fase: Alfabetização	Material do Programa de Alfabetização Funcional	Adaptação da metodologia do Programa de Alfabetização Funcional
	2a. fase: Integração	Material elaborado pelo MOBRAL especificamente para esta fase	Adaptação da metodologia do Programa de Educação Integrada
Alfabetização 13/14 anos	Educação Integrada	Material do Programa de Educação Integrada	Metodologia do Programa de Educação Integrada
Alfabetização 9/12 anos	Integração	Material elaborado pelo MOBRAL especificamente para esta fase	Adaptação da metodologia do Programa de Educação Integrada

4.2.9. SUPERVISÃO

Uma supervisão sistemática do Programa estará a cargo das Secretarias Estaduais e/ou Municipais, a quem cabe atribuição de determinar o grupo de professores que, após o treinamento, constituirá a equipe de supervisão direta ao Programa.

Quanto à utilização do Subsistema de Supervisão do MOBRAL (SUSUG), este participará do Programa através dos seus vários níveis, independentemente de ser o convênio realizado com a Secretaria Estadual ou Municipal, isto é, o SUSUG funcionará nos mesmos moldes do Programa de Alfabetização Funcional. Para tal, ele deverá sofrer apenas uma pequena ampliação - com aumento no número atual de supervisores - além de treinamentos específicos sobre o novo programa.

4.2.10. ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Tendo em vista a implantação do Programa a nível nacional e a necessidade de se obterem informações relativas à situação a nível de município, se faz necessária a definição de uma política de acompanhamento, controle e avaliação, tendo por objetivos:

- detectar possíveis pontos de estrangulamento do Programa para a realimentação do mesmo;
- acentuar e disseminar os aspectos positivos;
- suprir os órgãos convenientes com dados quantitativos e qualitativos referentes ao desenvolvimento do Programa, através da aplicação de instrumentais padronizados.

O controle do Programa obedecerá à mesma sistemática do utilizado no Programa de Alfabetização Funcional, devendo ser feito através de:

Convênios

- . Boletim de Cadastramento de Classe (CAC),
- . Volante e Cartão de Frequência.

Através do Boletim de Cadastramento de Classe do Volante e Cartão de Frequência, serão levantados, de forma sistemática, os dados básicos relativos:

- . à caracterização da clientela: sexo, idade, escolaridade anterior e ocupação;
- . à evasão;
- . aos alunos alfabetizados e não alfabetizados.

A avaliação no Programa de Recuperação de Excedentes apresentará duas modalidades:

a) Avaliação direta - realizada pela equipe de supervisores das Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais, Coordenações Estaduais e Comissões Municipais.

A par de uma avaliação continua e abrangente, como realimentação do processo, é conveniente que, periodicamente, se proceda a uma avaliação mais profunda, que levará, sempre que possível, a um remanejamento dos alunos, segundo os princípios de aceleração do Programa.

No final da fase de integração, esta avaliação deve caracterizar o aluno quanto a possibilidade ou não de ingressar no Sistema Regular de Ensino, na série em que melhor se ajustar.

b) Avaliação indireta - obtida pela análise de instrumentais padronizados.

Os Momentos da Avaliação serão os seguintes:

a) Início do Programa: deverá ser feita uma sondagem para fins de agrupamento dos alunos. Será um trabalho cooperativo entre supervisores e professores.

b) Término da primeira etapa: avaliação mais profunda para remanejamento dos alunos e ingresso na segunda etapa.

c) Término da segunda etapa: avaliação final para o ingresso no Sistema Regular.

4.3. O IMPACTO DO PRE NA MELHORIA DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO

Com o PRE injetando, a partir de 1976, um milhão de novos alunos dentro do ensino regular a cada ano, é evidente que o déficit previsto para 1979, em cerca de 4.100.000 matrículas, ficara sensivelmente diminuído por sua atuação.

Mesmo considerando uma evasão anual de 15%, neste contingente, mais as conclusões (20%), ter-se-ia, ano a ano, dentro das escolas os seguintes quantitativos:

Quadro 4.3.1

EVOLUÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO - 1976/1979

(1.000 alunos)

Ano	População 7/14	População 7/14 dentro da escola		Taxa de Escolarização	
		Sem PRE	Com PRE	Sem PRE	Com PRE
1976	17.319	13.058	14.058	75	81
1977	17.882	13.646	(*) 15.326	76	85
1978	18.463	14.260	(*) 16.402	77	88
1979	19.063	14.902	(*) 17.358	78	91

Observações ao Quadro:

(*) - Os valores assinalados foram assim calculados:

(1) - Em 1977, a população escolarizada deverá ser igual ao contingente normal (se não existisse o PRE, isto é 13.646 mil alunos) mais os alunos oriundos do PRE absorvidos no ano anterior (já descontados os Concluintes e os evadidos) e mais os novos alunos injetados através do PRE.

O total de matriculados (em milhares) será, pois, de:

$$13.646 + 1.000 \times 0,80 \times 0,85 + 1.000 = 15.326$$

(2) - Em 1978, o mesmo raciocínio se aplica: o total de matriculados será composto das mesmas três parcelas:

a) Contingente se não existisse o PRE: 14.260 mil alunos

b) Remanescente do ano anterior: $(1.000 + 680) \times 0,80 \times 0,85 = 1.142$ mil alunos

c) Novos alunos injetados: 1.000 mil alunos

Total: $(a) + (b) + (c) = 16.402.000$ alunos

(3) - Em 1979, finalmente, ter-se-á:

(a) = 14.902 mil

(b) = $(1.142 + 1.000) \times 0,80 \times 0,85 = 1.456$ mil

(c) = 1.000 mil

Total: $(a) + (b) + (c) = 17.358$ mil alunos

O impacto do PRE pode ser bem visualizado na figura 8, onde se nota como ele acelera o crescimento da taxa de escolaridade.

BRASIL
Evolução da Taxa de Escolarização (7-14 anos)

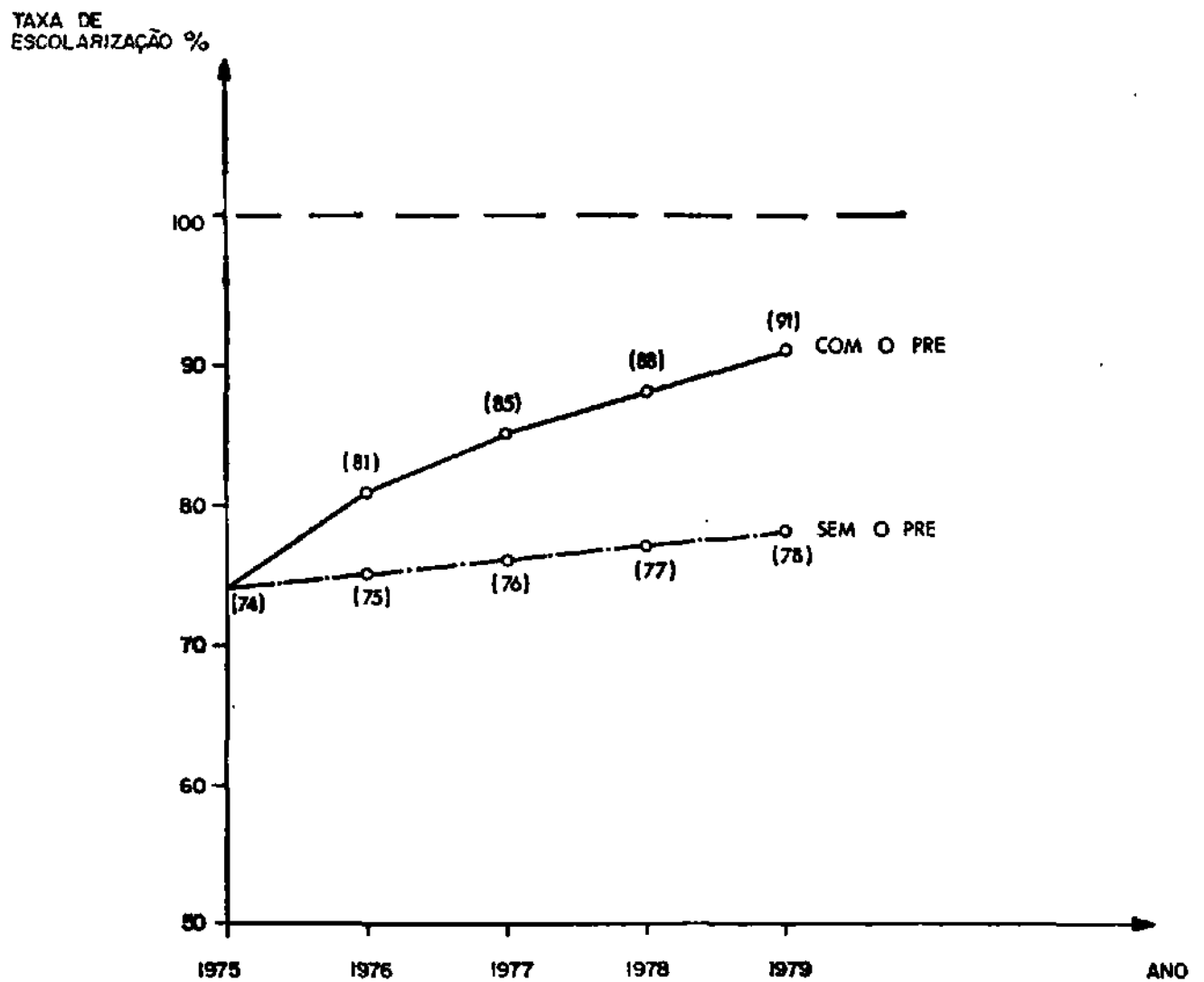


FIGURA 8

4.4. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos físicos necessários a implementação do Programa de Recuperação de Excedentes no período 1975/1979 são especificados nos quadros 4.4.I e 4.4.II. Eles envolvem, essencialmente, os recursos humanos e o material didático que serão utilizados. No item "Necessidade de Novos Supervisores", prevê-se a ampliação no Subsistema de Supervisão Global (SUSUG) do MOBREAL, necessária à boa supervisão do Programa, que se espera atingir passando 1:6 a 1:4 a relação entre Supervisores de Área e Municípios.

Quadro 4.4.1

Nº de Ordem	Período	Unidade	1975	1976	1977	1978	1979	Total
	Metas							
1	Alunos a atender	Aluno	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	7.500.000 (1)
2	1.1. Necessidade de Professores	Professor	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	250.000 (2)
	1.2. Necessidade de Novos Supervisores	Pessoa	166	166	166	166	166	166
	1.3. Outros Recursos Humanos envolvidos	Pessoa	6.161	6.161	6.161	6.161	6.161	6.161 (3)
	Material Didático Específico							
3	2.1. Conjuntos de Alfabetização	Pacotes	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	375.000 (4)
	2.2. Conjuntos de Leitura Continuada	Conjunto	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	7.500.000 (5)
	2.3. Jornal do MGBRAL	Jornal	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000	5.250.000 (6)
	2.4. Material para fase de Integração	Aluno	650.000	650.000	650.000	650.000	650.000	3.250.000
4	Treinamentos							
	3.1. De Professores	Professor	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	250.000
4	3.2. Do Pessoal Técnico-Administrativo	Pessoa	6.327	6.327	6.327	6.327	6.327	6.327
	Assistência Técnica	Unidade da Federação	26	26	26	26	26	26

- (1) - Para alfabetizar 1.000.000 de alunos por ano, calculou-se a necessidade de se atender - através dos convênios - cerca de 1.500.000 alunos em cada um dos 5 anos. Isto pressupõe uma produtividade anual de 2/3.
- (2) - Um (1) professor para cada 30 alunos
- (3) - Quadro 4.4.II
- (4) - Cada pacote contém o material didático individual referente a 20 alunos
- (5) - Cada conjunto contém 2 Livros de Leitura continuada e será distribuído para cada aluno após o 3º mês de

Quadro 4.4.11

RECURSOS HUMANOS

Especificação	Custos					
	Quant. (***)	1975	1976	1977	1978	1979
1. Pessoal já existente						
1.1. MOBRAL CENTRAL						
· Técnicos da GEPEP	52					
· Técnicos do SUSUG	4 (*)					
· Infraestrutura Administrativa						
1.2. COORDENAÇÃO ESTADUAL/TERRITORIAL						
· Agente Pedagógico	26					
· Supervisor Estadual	91					
· Supervisor de Área	735					
· Encarregado de Supervisão Global	3.953 (**)					
· Apoio Técnico e Administrativo	(**)					
1.3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						
· Técnicos de 26 Secretarias	(***)					
Total de Pessoal	6.161	-	-	-	-	-

(*) = Será utilizada a infraestrutura já existente no MOBRAL Central

(**) = Idem, idem nas COEST/COTER

(***) = A média de 50 técnicos por Secretaria de Educação (26) poderá ser alterada, tendo em vista as disponibilidades das Secretarias de Educação relativamente a técnicos de supervisão e professores. Por ocasião da assinatura do convênio o quadro deverá ser redimensionado.

(****) = A previsão de pessoal só foi feita para 1975. O início do programa indicará ou não a necessidade de novas contratações, por ora imprevisíveis. Os custos, projetados até 1979, referem-se aos mesmos supervisores contratados no início do programa. Os acréscimos, porém, não chegarão a ser relevantes.

A partir das necessidades físicas, o PRE pode ser orçado, conforme se observa no Quadro 4.4.III, expresso em cruzeiros de 1975. O orçamento total é de cerca de Cr\$ 520 milhões, cobrindo a programação quinquenal, com perto de Cr\$ 94 milhões previstos para 1975. É de notar que para obter-se efeito semelhante utilizando apenas o ensino formal, só o dispêndio anual atingiria cerca de Cr\$ 1.800 milhões, conforme é demonstrado adiante.

4.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE CUSTOS

Quanto custa colocar um aluno no início da 3a. série?

As estimativas relativas ao Ensino Formal apontam um custo aluno-ano de cerca de Cr\$ 450,00 (*). Tomando por base as produtividades encontradas para a turma que iniciou a 1ª. série primária em 1966, ter-se-á o custo pretendido.

$$C = \frac{1.000}{374} \times 450 + \frac{1.000}{676} \times 450 = \text{Cr\$ } 1.870,00$$

Ora, com a implementação do PRE, espera-se trabalhar a um custo aluno-ano de Cr\$ 62,00 e a uma produtividade de 65%. Isto implica em um custo alternativo de:

$$C' = \frac{1}{0,65} \times 62 = \text{Cr\$ } 95,00$$

E esta extraordinária diferença de preço para o mesmo benefício não é fruto de milagre, mas de algumas características especiais que irão acompanhar a implementação do PRE. Dentre elas:

- a) o PRE irá utilizar para suas classes a capacidade ociosa de prédios escolares e novos locais para instalações de postos (clubes, igrejas, sindicatos, residências, etc.) o que não representara dispêndio direto;
- b) o PRE se aproveitará também da infra-estrutura já montada do MOBRAL, em termos de Coordenação, Supervisão, etc. absorvendo apenas uma parcela do custo marginal decorrente de pequenas ampliações que terão que ser feitas nesta infra-estrutura;
- c) o PRE se beneficiará ainda da economia de escala que será obtida pela impressão de material didático em grandes quantidades, pelos treinamentos e reciclagens de professores utilizando meios de grande alcance ("mass media") - enfim, por todas as vantagens econômicas que podem ser obtidas de um programa de massa.

Estas vantagens, que têm sido os instrumentos mais poderosos do MOBRAL no combate ao analfabetismo, conjugados com os recursos ociosos e marginais das comunidades brasileiras é que poderão garantir ao Programa um preço extremamente mais baixo que os que poderiam ser obtidos pelas formas tradicionais.

(*) Na realidade, as estimativas de CG. Langoni ("Aspectos Econômicos da Educação") são de que o custo do aluno-ano no Ensino Primário, em 1969, era de Cr\$ 193,00. Inflacionando este valor para cruzeiros de 1975 - com base, no índice Geral de Preços - ter-se-ia cerca de Cr\$ 650,00. O valor de Cr\$ 450,00, provavelmente é uma subestimativa, já que parte de um crescimento menor no custo aluno-ano que o índice Geral de Preços.

Quadro 4.4.III
PREVISÃO DE RECURSOS FINANCEIROS 1975/1979 - CRS de 1975

Metas	Período					Total
	1975	1976	1977	1978	1979	
<u>1. ATENDIMENTO À CLIENTELA DO PRE</u>						
1.1. Pagamento de professores	67.725.000,00	71.111.250,00	74.666.812,00	78.400.153,00	82.320.160,00	374.223.375,00
1.2. Contratação de novos Supervisores/75 e treinamento	8.945.959,00	9.393.257,00	9.862.920,00	10.356.066,00	10.873.869,00	49.432.071,00
<u>2. MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO</u>						
2.1. Conjuntos de Alfabetização	8.625.000,00	9.056.250,00	9.509.062,00	9.984.515,00	10.483.741,00	47.658.568,00
2.2. Conjunto de Leitura Continuada	4.800.000,00	5.040.000,00	5.292.000,00	5.556.600,00	5.834.430,00	26.523.030,00
2.3. Jornal do MOBRAL	223.650,00	234.832,00	246.574,00	258.902,00	271.847,00	1.235.805,00
2.4. Material para Fase de Integração	1.750.000,00	1.837.500,00	1.929.375,00	2.025.843,00	2.127.135,00	9.669.853,00
2.5. Transporte de material	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00	1.157.625,00	1.215.486,00	5.525.611,00
<u>3. TREINAMENTO</u>						
3.1. De professores e de pessoal Técnico-Administrativo	635.648,00	667.430,00	700.801,00	735.842,00	772.634,00	3.512.355,00
<u>4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</u>						
	389.088,00	408.542,00	428.969,00	450.418,00	472.938,00	2.149.955,00
Total	94.094.345,00	98.799.061,00	103.739.013,00	108.925.964,00	114.372.240,00	519.930.623,00

(1) Os custos ano/ano foram acrescidos de cerca de 5%, como previsão para aumento real de custos

Cumprе observar que o MOBREAL apenas estará antecipando o atendimento que ele próprio daria, no futuro, a essa camada da população, pois ao completarem 15 anos, na condição de analfabetos, todos se tornariam parte de sua clientela potencial. A rigor, portanto, para o País, trata-se apenas de incorrer em uma despesa com alguns anos de antecipação, mas também com custos mais reduzidos e benefícios mais elevados.

E em função de todas as razões expostas neste memorial que o Ministério da Educação e Cultura propõe seja este projeto emergencial financiado pelo FAS, a fundo perdido, durante o período de 5 anos, de modo a permitir substancial melhoria nas taxas de escolarização compulsória do País.